



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

VITÓRIA SOUZA DA SILVA

**O IDEB COMO INDICADOR DA QUALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE TEOTÔNIO VILELA-AL**

ARAPIRACA

2023

VITÓRIA SOUZA DA SILVA

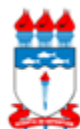
**O IDEB COMO INDICADOR DA QUALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE TEOTÔNIO VILELA-AL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Administração Pública da Universidade
Federal de Alagoas, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharelado em
Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Pereyra de Sousa
Coelho.

Arapiraca

2023



Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca
Biblioteca *Campus Arapiraca* - BCA

S586i Silva, Vitória Souza da
O IDEB como indicador da qualidade das políticas públicas educacionais no município de Teotônio Vilela-AL [recurso eletrônico] / Vitória Souza da Silva. – Arapiraca, 2023.
63 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Pereyra de Sousa Coelho.
Trabalho de Conclusão de Curso – (Bacharelado em Administração Pública) - Universidade Federal de Alagoas, *Campus Arapiraca*, Arapiraca, 2023.
Disponível em: Universidade Digital (UD) – UFAL (*Campus Arapiraca*).
Referências: f. 58-63.

1. Administração pública. 2. Políticas públicas. 3. Políticas educacionais. I. Coelho, Rodrigo Pereyra de Sousa. II. Título.

CDU 35

VITÓRIA SOUZA DA SILVA

**O IDEB COMO INDICADOR DA QUALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE TEOTÔNIO VILELA-AL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, aprovada em 05/05/2023.

Banca Examinadora:

 Documento assinado digitalmente
RODRIGO PEREYRA DE SOUSA COELHO
Data: 18/05/2023 12:38:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rodrigo Pereyra de Sousa Coelho (Orientador)
UFAL

 Documento assinado digitalmente
MARIA BETANIA GOMES DA SILVA BRITO
Data: 30/05/2023 23:04:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Betânia Gomes da Silva Brito (Membro 1)
UFAL

 Documento assinado digitalmente
PAULO EVERTON MOTA SIMOES
Data: 18/05/2023 17:51:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Paulo Everton Mota Simões (Membro 2)
UFAL

Dedico esse Trabalho de Conclusão de Curso aos meus pais que sempre acreditaram em mim e não mediram esforços para que eu chegasse até aqui.

RESUMO

A presente pesquisa aborda o conceito e a aplicação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no município de Teotônio Vilela – AL entre os anos de 2007 a 2021, enfatizando como seus resultados influenciam o sistema educacional municipal. Pretende-se realizar uma revisão bibliográfica com o objetivo de identificar através das visões dos autores as semelhanças nas definições e nos problemas que esse indicador apresenta, também, apresentar a discussão a partir das entrevistas realizadas com gestores escolares e técnicos da secretaria municipal de educação. A pesquisa define o IDEB como principal instrumento utilizado para medir a qualidade da educação atualmente em âmbito nacional, estadual e municipal, suas metas estabelecidas de acordo com os parâmetros do PISA (Programme For International Student Assessment) e as ações elaboradas para que se alcance os resultados desejados. Também explica quais são os principais fatores que influenciam os resultados dessa avaliação as limitações e as potencialidades vinculados ao IDEB, características da cidade de Teotônio Vilela, bem como a formulação da sua política educacional e como se articula as ações voltadas a avaliação do IDEB, apresenta as discussões e os resultados das entrevistas realizadas com dez gestores escolares e com a assessora especial da secretaria de educação. Nas considerações finais, é apontada a influência desse indicador na formulação das políticas educacionais municipal, e se esse índice consegue retratar a realidade das escolas dom município, considerando as mudanças no âmbito educacional e os fatores externos que influenciam esses resultados.

Palavras-chave: IDEB; indicador; políticas educacionais; metas; resultados.

ABSTRACT

This research addresses the concept and application of the Basic Education Development Index (IDEB) in the municipality of Teotônio Vilela - AL between the years 2007 to 2021, emphasizing how its results influence the municipal educational system. It is intended to carry out a bibliographical review with the objective of identifying, through the authors' views, the similarities in the definitions and problems that this indicator presents, also, to present the discussion from the interviews carried out with school managers and technicians of the municipal secretary of education. The research defines the IDEB as the main instrument currently used to measure the quality of education at the national, state and municipal levels, its goals established in accordance with PISA (Programme For International Student Assessment) parameters and the actions designed to achieve the desired results. It also explains what are the main factors that influence the results of this evaluation, the limitations and potential linked to the IDEB, characteristics of the city of Teotônio Vilela, as well as the formulation of its educational policy and how the actions aimed at evaluating the IDEB are articulated, presents the discussions and the results of the interviews carried out with ten school administrators and with the special advisor of the secretary of education. In the final considerations, the influence of this indicator in the formulation of municipal educational policies is pointed out, and if this index manages to portray the reality of schools in the municipality, considering changes in the educational scope and external factors that influence these results.

Keywords: IDEB; indicator; educational policies; goals; results.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Mapa da localização do município de Teotônio Vilela/AL.....	29
Figura 2	– Fluxograma do Projeto “por um IDEB melhor somos todos um”	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Metas estabelecidas e alcançadas na educação municipal, segundo o IDEB, anos iniciais, 2007 a 2021, município de Teotônio Vilela/AL.....	38
Gráfico 2	– Metas estabelecidas e alcançadas na educação municipal, segundo o IDEB, anos finais, 2007 a 2021, município de Teotônio Vilela/AL.....	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Limite superior e inferior das proficiências.....	16
Quadro 2 – Indicador de rendimento.....	18
Quadro 3 – Metas do IDEB	19
Quadro 4 – Quantitativo de estabelecimentos de ensino no município de Teotônio Vilela/AL	31
Quadro 5 – Resultados por escola que participaram das edições do IDEB entre 2007 e 2019, 5º ano, município de Teotônio Vilela/AL.....	39
Quadro 6 – Resultados por escola que participaram das edições do IDEB entre 2007 e 2019, 9º ano, município de Teotônio Vilela/AL.....	40
Quadro 7 – Resultado por escola dos anos iniciais em 2021	41
Quadro 8 – Resultados por escola dos anos finais em 2021	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI	Avaliação de Desempenho Individual
CHA	Conhecimento, Habilidade e Atitude
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Aluísio Teixeira
LAP	Laboratório de Aprendizagem
LAIC	Laboratório de Iniciação Científica
MEC	Ministério da Educação
NGP	Nova Gestão Pública
NSE	Nível Socioeconômico das Escolas
PAR	Plano de Ações Articulada
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDIC	Desenvolvimento Individual de Competências
PGDI	Gestão por Desempenho Individual por Competência
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programme For International Student Assessment
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PSS	Processo Seletivo Simplificado
OCDE	Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SEMED	Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	IDEB: CONCEITO E APLICAÇÃO	13
2.1	Fatores que influênciam o IDEB	20
2.2	Limites e potencialidades do IDEB	27
3	TEOTÔNIO VILELA EM DADOS	29
3.1	Gestão da Educação	32
4	OPINIÃO DE GESTORES E TÉCNICOS DA SEMED DE TEOTÔNIO VILELA SOBRE O DESEMPENHO RECENTE DO IDEB	43
4.1	Preparação dos Alunos	43
4.1.1	Conduta Docente	47
4.1.2	Nível Socioeconômico	49
4.1.3	Recursos	51
4.1.4	Gestão	52
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

A educação se tornou um direito da população através da promulgação da Constituição Federal de 1988, tornando-se, assim, uma obrigação do Estado a garantia do acesso ao ensino fundamental. Dessa forma, não basta apenas criar escolas, a educação deve ser ofertada com qualidade afim de impactar positivamente a realidade dos indivíduos (TOSTA; NEY, 2016).

As políticas públicas atualmente estão sendo resultados de uma análise complexa, haja vista que se fundamentam no princípio do *evidence based polices*, ou seja, políticas que tem por pilar conhecimentos e fatos. Nessa conjuntura, considera-se que é através desses dois elementos que os programas de avaliações internacionais e nacionais se expandem por diferentes países. Esse modelo de avaliação se correlaciona com o padrão da Nova Gestão Pública que, a partir dos anos 1990, ganha força no Brasil (OLIVEIRA; VILLANI, 2018).

As avaliações externas utilizam dados estatísticos como ferramenta na análise dos processos educacionais e, desse modo, se desenvolve uma ligação entre estatística e política pública (OLIVEIRA; VILLANI, 2018). Perante a isso, as avaliações de políticas sociais exigem juízo de valor, visto que tem como propósito entender a eficácia, eficiência e efetividade de projetos e programas sociais. As análises realizadas estão diretamente ligadas à tomada de decisão pelos gestores e devem ser praticadas com foco em retratar a realidade de determinada política social para, desse modo, melhorar a qualidade da política e alcançar as perspectivas dos sujeitos (NEY; TOSTA, 2016).

Considerando o exposto, a pesquisa aqui desenvolvida se fundamenta na abordagem acerca dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no município de Teotônio Vilela – AL entre os anos de 2007 a 2021, apontando os resultados e explicando as mudanças na política educacional do município que resultaram no alcance das metas desse indicador. O estudo apresenta como objetivo geral, analisar como os resultados do IDEB municipal, no período de 2007 a 2021, repercutiram na conjuntura da educação do município. Identificando quais mudanças foram impostas pela secretaria de educação, quais os incentivos ofertados a toda comunidade escolar de acordo com os resultados de cada escola, avaliando o planejamento educacional e, investigando se os resultados obtidos condizem com as realidades das instituições de ensino.

Justifica-se a importância dessa pesquisa, uma vez que é fundamental entender como as avaliações externas são aplicadas no âmbito educacional brasileiro, delimitando para a rede municipal de ensino de Teotônio Vilela – AL, propondo compreender como IDEB influencia em todos os âmbitos da gestão da educação do município.

Nesse cenário, analisar a qualidade do sistema educacional permite uma ampla visualização sobre o cotidiano escolar no tocante à oferta do ensino. A utilização da qualidade da educação e das avaliações em larga escala está estabelecida na Constituição Federal de 1988, através do art. 206, que estabelece os princípios em que o ensino será ministrado, dentre eles a garantia de padrão da qualidade, e do art. 209, que determina o cumprimento das normas gerais da educação e autoriza a avaliação de qualidade pelo poder público (BRASIL, 1988). Diante disso, esta pesquisa pressupõe a importância das avaliações da educação quanto uma ferramenta para aprimorar a implementação e desenvolvimento de intervenções da política social, uma vez que essas políticas necessitam de discussão que só ocorrem de forma embasada através de dados, informação e conhecimento (NEY; TOSTA, 2016).

Desse modo, a pesquisa de caracteriza como descritiva, visto que foi elaborada com a metodologia qualitativa, também se voltou a realizar uma revisão bibliográfica acerca do conceito do IDEB sua aplicação e seus efeitos na educação brasileira e municipal. Foi produzida uma análise dos documentos institucionais da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) para entender as transformações da política municipal e, por meio de entrevistas presenciais, com gestores escolares e técnicos da Secretaria Municipal de Educação, buscou-se compreender como se configura, no cotidiano, as estratégias utilizadas e como os resultados do IDEB influenciam na formulação das políticas educacionais do município.

Divide-se o estudo em mais quatro capítulos além desta introdução. O primeiro trata do conceito do que é o IDEB a importância do indicador, quais os fatores que influenciam no resultado, desempenho do IDEB no Brasil, Nordeste e Alagoas. O segundo capítulo apresenta o município, fala de suas características, explica como fica a Educação na cidade, análise do desempenho do IDEB em Teotônio Vilela. O terceiro capítulo explora o bom desempenho de do município no IDEB partindo dos fatores que influenciam o IDEB e analisando como eles se comportaram. Por fim, as considerações finais retomam os principais tópicos abordados em todo o trabalho.

2 IDEB: CONCEITO E APLICAÇÃO

Em âmbito nacional desde 1990 as avaliações externas passaram a fazer parte da realidade escolar amparadas nas normas jurídicas, relacionando seus resultados aos financiamentos da educação. Em consequência disso, ampliou-se o uso dos índices produzidos por essas avaliações com a finalidade de utilizá-los nas políticas públicas para a regulação do sistema educacional (ALMEIDA; DALBEN; FREITAS, 2013). Desse modo, houve várias alterações na legislação com a elaboração da Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB), Lei nº 9394/96, que tem por finalidade fundamentar o funcionamento da política educacional e estabeleceu através do seu art. 3º os princípios que devem reger a oferta da educação no Brasil:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extra-escolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (BRASIL, 1996, art. 3º)

Com o Plano Nacional da Educação (PNE) aprovado em 2014 sob a Lei nº 13.005/14 foram impostas metas para o sistema educacional brasileiro. Para o ensino fundamental ficou decidido que se deve:

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE. (BRASIL, 2014).

Com a determinação dessas diretrizes e metas, faz-se necessário então, praticar avaliações para entender a realidade das políticas públicas educacionais, com o objetivo de evidenciar os pontos positivos e negativos e, assim, implementar mudanças que garantam a melhoria dessas políticas (NEY; TOSTA, 2016).

As avaliações definem a qualidade do ensino ofertado e, diante disso legitimam os processos educativos nas instituições (BRANDÃO; CHIRINÉA, 2015). O sentido de qualidade nesse contexto é fundamentado quando se demonstra a precisão de formar

indivíduos inseridos em processos intelectuais e na preparação para o mercado de trabalho. Diante disso, argumenta-se sobre a interpretação de qualidade que:

A qualidade, nesse sentido, não é uma qualidade que emerge do núcleo formador da escola e dos sistemas de ensino como direito do cidadão, mas uma qualidade concebida por agências multilaterais, com o propósito de diminuir a taxa de pobreza dos países em desenvolvimento e de adequar a educação a uma reestruturação produtiva do capitalismo, no qual a educação ganha papel central, ao ser considerada uma condição geral de produção. (BRANDÃO; CHIRINÉA, 2015, p. 465).

A premissa de que se deve estudar o sistema educacional por seus resultados parte do diagnóstico obtido através dos dados coletados nos censos demográfico e escolar. De acordo com esses dados, é possível calcular os indicadores de analfabetismo, de acesso e cobertura a esse sistema e o fluxo dos alunos. Esses são resultados essenciais para a investigação do sistema de educação básica. Concomitantemente os entes da federação passaram a utilizar o desempenho dos alunos nas avaliações externas de aprendizagem e na orientação das políticas educacionais (SOARES; XAVIER, 2013). Com a missão de medir a qualidade educacional do ensino básico brasileiro e avaliar o desempenho das escolas, foi produzido o IDEB (NEY; TOSTA, 2016). Sobre esse indicador Nardi e Schneider (2014, p.8) afirmam que:

Aportado em um programa de governo denominado Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o IDEB foi apresentado à nação como uma ferramenta inovadora de aferição de resultados educacionais de estados, municípios, redes de ensino e escolas, pretensamente com vistas à melhoria da qualidade na educação básica brasileira. Por possibilitar acompanhamento de metas educacionais por escola, representa um mecanismo de monitoramento do ensino ofertado no país, em um contexto no qual toda a sociedade brasileira é conclamada oficialmente a assumir o compromisso com a melhoria da qualidade da educação. (NARDI; SCHNEIDER, 2014. p.8)

O Plano de Desenvolvimento da Educação tem como prioridade promover uma educação básica de qualidade, mediante o investimento na educação (BRASIL, 2007). Através da promulgação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, em 2007, foram divulgadas metas no âmbito educacional englobando os entes federativos. Em seu art. 10º ficou estabelecido que esse compromisso é a junção dos esforços da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios com a colaboração das famílias e toda a comunidade com a finalidade de melhorar a qualidade da educação básica (BRASIL, 2007). Por intermédio desse plano, no Decreto 6094/07 foi definido o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica que, em seu parágrafo único, determina que: *“O IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso.”* (BRASIL, 2007). (2013) explicam que após a introdução do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Brasil passou a considerar os indicadores de aprendizado como fator importante para

monitorar o sistema educacional.

Nesse contexto, após ser instituído em 2007 pelo INEP, o IDEB ocasionou uma discussão no sistema educacional, de modo que este passou a ser avaliado, não apenas pelos seus processos de ensino e gestão, mas, também pelo aprendizado dos alunos em sua vivência escolar. Antes da operacionalização do IDEB, a valorização dos resultados não era um elemento considerado nas análises dominantes da educação básica. Esse indicador colocou a aprendizagem e a regularidade dos alunos como aspectos fundamentais para o sistema educacional (SOARES; XAVIER, 2013).

De acordo com esses autores, o IDEB utiliza em seu cálculo a medida de desempenho e rendimento dos alunos, isso o torna confiável por considerar essas dimensões fundamentais para o estudo dos sistemas de educação básica. O art. 30 do Decreto 6094/07 institui sobre a avaliação da qualidade da educação básica que:

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil) (BRASIL, 2007)

Na prática, o IDEB utiliza em sua avaliação resultado entre o fluxo escolar que é caracterizado pela taxa de aprovação da escola dado encontrado no Censo Escolar, e o desempenho dos estudantes através da média de aprendizagem dos alunos com as notas da Prova Brasil e SAEB (SOARES; XAVIER, 2013). São avaliados alunos do 5º ano (antiga 4ª série) e do 9º ano (antiga 8ª série) do ensino fundamental e alunos do 3º ano do ensino médio a cada dois anos das escolas das redes pública e privada localizadas na zona urbana e rural. Sobre as avaliações do SAEB ao que se refere ao aprendizado dos alunos, informa-se que:

Nas avaliações do Saeb, o aprendizado é definido como as habilidades que os alunos demonstram ter dominado relacionadas às competências de língua portuguesa (ênfase em leitura) e matemática (resolução de problemas), no final de cada etapa do ensino fundamental e do ensino médio. (ALVES; FERRÃO, 2019, p. 693).

Em uma ampla interpretação pode-se afirmar que o desempenho de cada escola é estabelecido para o cálculo do IDEB como a medida da proficiência em leitura e matemática alcançadas pelos alunos através da Prova Brasil. Já a variável rendimento demonstra que, pode-se interpretar o fluxo escolar como a razão entre o número de anos da etapa e o número de anos letivos que um aluno típico da escola leva para ser aprovado em uma série. Dessa maneira, o fator rendimento de uma escola no IDEB é a média harmônica das taxas de aprovação dos quatro ou cinco anos que formam cada uma das etapas do ensino fundamental,

e, interpretar essa média harmônica torna ainda mais difícil o entendimento do IDEB (SOARES; XAVIER, 2013). Sobre cálculo desse indicador o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Aluísio Teixeira (INEP) informa que:

O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema. (INEP, 2019).

O INEP (2009) determina que o cálculo desse Indicador utiliza a variável desempenho como a média das proficiências em Língua Portuguesa e Matemática alcançadas mediante os resultados da Prova Brasil, com a diferença entre as medidas das escalas das notas é necessário padronizar essas medidas até obter a média. Desse modo, para comparar as médias de proficiências de Língua Portuguesa e Matemática precisa-se que variem em um mesmo intervalo de 0 a 10 multiplicando a proficiência padronizada por 10 (SOARES; XAVIER, 2013). O INEP (2019) estabelece que, para realizar o cálculo do fator desempenho, em primeiro plano deve-se obter as notas padronizadas de cada disciplina e, para realizar esse cálculo utiliza-se os limites inferiores e superiores do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) desde 1997 para obter os resultados de todos os IDEBs, conforme são expostos no quadro 1:

Quadro 1 – Limite superior e inferior das proficiências.

SÉRIES	MATEMÁTICA		LÍNGUA PORTUGUESA	
	S_{inf}	S_{sup}	S_{inf}	S_{sup}
5º ANO EF	60	322	49	324
9º ANO EF	100	400	100	400
3ª SÉRIE EM	111	467	117	451

Fonte: Saeb 1997 – Inep/MEC (2019)

Apresentados os limites, o MEC elaborou as demais formulas para a obtenção das notas padronizadas em matemática e língua portuguesa. Fórmula da Nota Padronizada de Matemática:

$$\frac{\text{Nota de matemática} - \text{Limite inferior da média de proficiência Saeb 1997}}{\text{limite superior da média de proficiência no Saeb 1997} - \text{Limite inferior da média de proficiência no Saeb 1997}} \times 10$$

Fórmula da Nota Padronizada de Língua Portuguesa:

$$\frac{\text{Nota de Língua Portuguesa} - \text{Limite inferior da média de proficiência no Saeb 1997}}{\text{limite superior da média de proficiência no Saeb 1997} - \text{Limite inferior da média de proficiência no Saeb 1997}} \times 10$$

Exemplificando o cálculo e utilizando o resultado da média de proficiência de determinada escola que obteve em Matemática uma média igual a 276,01 pode-se considerar que a nota padronizada é definida através do cálculo:

$$\begin{aligned}\text{Nota padronizada de Matemática} &= \frac{270,06 - 100}{400 - 100} \times 10 \\ \text{Nota padronizada de Matemática} &= \frac{176,01}{300} \times 10 \\ \text{Nota padronizada de Matemática} &= 5,867\end{aligned}$$

Para calcular a nota padronizada de Língua Portuguesa, utiliza-se o mesmo método. No entanto, os limites do SAEB da média de proficiência nessa disciplina são diferentes dos utilizados em Matemática e, nesse contexto, pode-se observar com um exemplo de uma unidade de ensino com a nota de Língua Portuguesa igual a 268,00 que o cálculo é estabelecido da seguinte forma:

$$\begin{aligned}\text{Nota padronizada de Língua Portuguesa} &= \frac{268,00 - 100}{400 - 100} \times 10 \\ \text{Nota padronizada de Língua Portuguesa} &= \frac{168,00}{300} \times 10 \\ \text{Nota padronizada de Língua Portuguesa} &= 5,6\end{aligned}$$

Após conhecer as notas padronizadas de ambas as disciplinas se faz necessário obter a Média Padronizada, que por sua vez é obtida através do cálculo da média aritmética:

$$\begin{aligned}N &= \frac{\text{Nota Padronizada de Matemática} + \text{Nota Padronizada de Língua Portuguesa}}{2} \\ N &= \frac{5,867 + 5,6}{2} \\ N &= \frac{11,467}{2} \\ N &= 5,7335\end{aligned}$$

A variável rendimento demonstra que é possível interpretar o IDEB como a razão entre o número de anos das etapas e o número de anos letivos que um aluno típico da escola leva para ser aprovado em uma série, dessa maneira, o fator rendimento de uma escola no IDEB é a média harmônica das taxas de aprovação dos quatro ou cinco anos que formam cada uma das etapas do ensino fundamental (SOARES; XAVIER, 2013). Para alcançar a nota de

rendimento das unidades escolares, realiza-se o cálculo com as taxas de aprovações divulgadas no Censo Escolar, nesse contexto, o fator rendimento é identificado pela letra P, considerando as taxas de aprovação de uma escola com quatro séries, pode-se calcular o P seguindo o exemplo exposto no quadro 2:

Quadro 2 – Indicador de rendimento.

Séries	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
Taxa de aprovação %	86,8	93,5	95,3	99,2

Fonte: Elaboração própria, (2021).

$$\text{Desse modo, } P = \frac{4}{\frac{100}{86,8} + \frac{100}{93,5} + \frac{100}{95,3} + \frac{100}{99,2}}$$

$$P = \frac{4}{1,15207373 + 1,06951871 + 1,04931794 + 1,00806451}$$

$$P = \frac{4}{4,27897489} = 0,93480333$$

$$P = 0,93$$

Conhecendo os resultados de desempenho e rendimento é possível calcular o IDEB fazendo a relação entre as variáveis, logo: $IDEB = N \times P$ utilizando os exemplos anteriores pode-se considerar que o resultado do IDEB da escola em questão é $5,7335 \times 0,93 = 5,33$.

Sobre a importância da utilização desse indicador para medir a qualidade da educação, Soares e Xavier (2013, p. 906) argumentam que:

O valor do Ideb cresce com melhores resultados do aprendizado dos alunos e cai se as taxas de aprovação também caem. Um dos motivos da grande respeitabilidade que o Ideb obteve é o fato de agregar, em um único indicador, uma medida de desempenho e outra de rendimento, dimensões fundamentais para uma análise relevante de sistemas de educação básica. (SOARES; XAVIER, 2013. p. 906)

O IDEB é um indicador estatístico que tem por objetivo melhorar a qualidade educacional brasileira, estabelecendo o diagnóstico e atualização do sistema escolar de modo que, possibilita estabelecer metas de melhoria individuais e intermediárias. Villani e Oliveira (2018) argumentam que o INEP produziu o IDEB com a intenção de participar do jogo de standardização com os países mais influentes do mundo no âmbito educacional, produzindo um indicador próprio que consiga contribuir com um modelo educativo harmonizado e comparável. Nesse sentido, compara-se o IDEB com as tendências internacionais, como o Programme For International Student Assessment (PISA). O PISA detém um caráter universalista de comparação da educação, com um estudo dos sistemas educacionais e a expansão desse programa em países da América Latina como o Brasil enfatiza a utilização de

dados estatísticos sobre a educação.

A partir da operacionalização do IDEB, o sistema educativo passou a ser avaliado através de metas visando se igualar aos resultados gerais do PISA. O objetivo é passar a ser considerado um país com a educação equivalente à dos países desenvolvidos. Nesse contexto, o IDEB se baseia em dados estatísticos resultantes dessa avaliação, e, promove a partir disso a regulação do sistema educacional por resultados elaborando metas e intermediando com as escolas (VILLANI; OLIVEIRA, 2018). Brandão e Chirinéa (2015, p. 472) dissertam sobre as metas estabelecidas pelo IDEB para medir a qualidade da educação nacional:

Para alcançar as metas propostas pelo IDEB, é preciso que escolas e sistemas de ensino regularizem o fluxo escolar, ou seja, quanto menores a reprovação e o abandono de alunos, melhor a nota do índice. Outra exigência para aumentar o valor da nota é a melhoria do desempenho dos alunos nas avaliações externas. (BRANDÃO; CHIRINÉA, 2015. p. 472)

Nesse cenário a cada biênio são estabelecidas metas para que as intuições avaliadas compreendam os níveis de ensino que devem alcançar. A principal meta do IDEB é a evolução da educação básica e a partir dos índices estatísticos atingir o mesmo patamar dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para isso, para isso, seria necessário sair da média nacional de 3,8 obtida em 2005 e chegar à média 6,0 em 2022 (TOSTA; NEY, 2016). A nível de conhecimento, as metas impostas pelo MEC entre 2007 e 2021 estão evidenciadas quadro 3:

Quadro 3 – Metas do IDEB

Anos do IDEB	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0
Anos Finais do Ensino Fundamental	3.5	3.7	3.9	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5
Ensino Médio	3.4	3.5	3.7	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2

Fonte: INEP (2020).

Embasado nos estudos expostos, ao considerar avaliações em larga escala no sistema educacional, nota-se uma tendência comparativa através dos seus resultados. A medida em que utiliza um principal indicador para medir a qualidade da educação ofertada, identifica-se a importância de avaliar as condições da educação brasileira com a finalidade de comparar sua

evolução com a dos países desenvolvidos.

2.1 Fatores que influenciam o IDEB

A implantação do IDEB em âmbito federal evidenciou uma mudança significativa no tocante ao acompanhamento do desenvolvimento da educação no Brasil, já que esse indicador tem por finalidade avaliar a qualidade da educação ofertada em nível nacional e subnacional de acordo com as metas estabelecidas. Sua utilização também colabora e fomenta a existência de debates acerca das políticas públicas educacionais (ALVES; SOARES, 2013).

Mediante o diagnóstico exposto por esse índice acerca da qualidade educacional brasileira, é possível também, identificar vulnerabilidades entre o desempenho e o fluxo escolar. Entretanto, considera-se essa avaliação insuficiente para mensurar a qualidade da educação básica, uma vez que se delimita apenas entre duas variáveis ignorando aspectos relevantes para medir a qualidade da educação, como a preparação dos alunos, o nível socioeconômico e cultural dos estudantes, a conduta docente na organização da gestão escolar e os recursos utilizados na execução das avaliações externas educacionais (BRANDÃO; CHIRINÉA, 2015).

a) Preparação dos alunos

Através da Portaria n. 366, de 29 de abril de 2019, foram estabelecidos as diretrizes e os instrumentos para aplicação do SAEB naquele ano. Dentre diversas mudanças, o seu art. 19 divulgou critérios para avaliar as instituições de ensino:

- I – registrar, no mínimo, 10 (dez) estudantes presentes no momento da aplicação dos instrumentos;
- II - alcançar taxa de participação de, pelo menos, 80% (oitenta por cento) dos estudantes matriculados, conforme dados declarados pela escola ao Censo da Educação Básica 2019, consideradas aqui as informações constantes em sua versão final, atendendo ao disposto no art. 11, § 1º, da Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. (BRASIL, 2019, art. 19)

A partir desses critérios, nota-se que é permitido à instituição de ensino realizar a avaliação apenas com 10 estudantes por turmas e com a participação de 80% dos matriculados (BRASIL, 2019), desse modo a escola pode usar como estratégia para melhorar seus resultados, a seleção dos considerados melhores alunos para realizarem a prova. Utilizando essa estratégia a avaliação se torna ineficiente ao que se refere retratar a real situação escolar. Demonstra-se a limitação da Prova Brasil ao realizar apenas testes de matemática e língua

portuguesa, haja vista que para averiguar se os conhecimentos básicos estão sendo aprendidos pelos alunos das instituições de ensino da educação básica apenas essas disciplinas limitam a possibilidade de uma avaliação completa (SOARES; XAVIER, 2013).

Soares e Sousa (2020) ao analisarem a realização das provas educacionais no município de Óbidos/PA com a finalidade de alcançar as metas do IDEB, constataram que são realizados trabalhos técnicos com aplicação de exames, simulados, testes e leituras de pouco interesse pelos alunos com a finalidade de fixar os conteúdos avaliativos estabelecidos pelos órgãos governamentais na aprendizagem dos mesmos. Os autores utilizam o termo “política de resultados” para descrever uma política instituída nas escolas municipais à medida que se correlaciona com os índices educacionais mediante as avaliações externas ao impor que os sujeitos alcancem o cumprimento das metas. Nessa conjuntura, evidencia-se que a política por resultados se faz presente nas instituições estabelecendo imposições legais e, por conseguinte impondo uma meritocracia a qual minimiza o aprendizado dos alunos e, intensifica a proposta político-partidária nas escolas públicas no Brasil.

Diante dessa colocação e sobre a possibilidade das escolas se reorganizarem internamente na escolha dos alunos no dia da aplicação da Prova Brasil, Brandão e Chirinéa (2015, p. 476) argumentam que:

Nesse sentido, entende-se que escolas e sistemas de ensino, principalmente os municipais, sentindo a pressão imposta pelas avaliações externas, contratam grandes grupos educacionais para se enquadrar nas exigências impostas pelos testes ou, no limiar de uma saída “estratégica”, para burlar o IDEB, treinam os alunos para a realização das provas ou utilizam outros meios, mais criativos e menos ortodoxos, como, por exemplo, induzir os alunos que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem a faltar no dia de aplicação das avaliações ou reprová-los para que não cheguem aos 5.º e 9.º anos do Ensino Fundamental, no período de realização das provas. (BRANDÃO; CHIRINÉA, 2015. p. 476)

Portanto, confirma-se a fragilidade dessas avaliações, uma vez que as escolas, as secretarias de educação municipais se concretizam como os principais responsáveis na garantia de melhores resultados, agindo isoladamente e contribuindo para uma avaliação de políticas educacionais insuficiente, de modo que encontram a melhor estratégia para obter resultados que não condizem com a realidade do sistema educacional brasileiro.

b) Nível Socioeconômico

A formulação do IDEB desconsidera os fatores externos como influentes na coleta de dados e no ranqueamento das instituições de ensino (BRANDÃO; CHIRINÉA, 2015). Desse modo, os dados coletados apresentam limitações, como é o caso da aplicação da Prova Brasil

que pode ser realizada com apenas 10 alunos presentes (BRASIL, 2019), possibilitando que as escolas possam escolher os alunos para realizarem a prova, dificultando a amplitude da avaliação ao delinear a situação de cada instituição (SOARES; XAVIER, 2013). Nesse sentido, essa avaliação não apresenta apenas o resultado que foi desenvolvido no processo de escolarização, pois os fatores externos exercem influência sobre os resultados. Não considerar o nível socioeconômico e cultural amplia a desigualdade social no desempenho das escolas em relação a outras que possuem maior capital socioeconômico e cultural (ALMEIDA; DALBEN; FREITAS, 2013). Como descrevem esses autores sobre a avaliação do IDEB ser composta apenas pelos indicadores de desempenho e rendimento:

A pretensão do Ideb de sumarizar a qualidade de ensino oferecida a partir desses dois fatores não parece viável, já que incapaz de refletir a realidade das instituições, não apenas pelo que o índice deixa de considerar, em especial o NSE da população atendida, mas também pela forma como mede esses aspectos. (ALMEIDA; DALBEN; FREITAS, 2013, p. 1156)

Soares e Xavier (2013) afirmam que o IDEB tem relação direta com o Nível Socioeconômico das Escolas (NSE), pois é uma medida que resulta na avaliação de indicadores adquiridos através de questionários da Prova Brasil, onde pode-se visualizar o nível de escolaridade dos pais, a posse de bens de consumo e a contratação de serviços domésticos. Nesse caso a relação entre o IDEB e o NSE são sempre positivas, entretanto, o valor é mais alto entre escolas do mesmo município do que entre municípios diferentes.

Acerca da importância de considerar o nível socioeconômico nas avaliações educacionais, sobretudo a desigualdade econômica entre os alunos avaliados, Alves e Soares (2013) explicam que para analisar os resultados dessas avaliações o contexto socioeconômico ao qual os alunos estão inseridos é fator essencial a ser considerado, haja vista que escolas que são compostas por alunos com poder aquisitivo elevado e mais recursos culturais tendem a alcançar maiores médias no IDEB.

Não considerar o fator NSE e cultural amplia a desigualdade social no desempenho das escolas em relação a outras que possuem maior capital socioeconômico e cultural, uma vez que as diferenças socioeconômicas e culturais contribuem para uma análise explicativa da distinção entre o fator desempenho e rendimento dos alunos e, por conseguinte, estimulam a atribuição do título de melhores escolas para aquelas que são compostas por alunos com melhores índices de capital socioeconômico e cultural (ALMEIDA; DALBEN; FREITAS, 2013). Nesse sentido, as escolas e os docentes aparecem como os únicos responsáveis pelos resultados dos alunos mediante as avaliações externas, desconsiderando o entorno social

como aspecto influente, a rede de ensino e as políticas educacionais que estão submetidas.

c) Conduta Docente

A ideia de avaliar a qualidade da educação por intermédio dos resultados do IDEB, produz implicações na conduta docente, considerando que o trabalho dos professores é direcionado a uma política de regulação por resultados, na qual se ignora os fatores externos como a economia, a cultura e as desigualdades. Por conseguinte, a qualidade da educação fica resumida a uma média estatística e toda a responsabilidade por bons ou ruins resultados recai sobre os gestores e docentes, que surgem como os principais agentes para atingir as metas estabelecidas (GARCIA; VOSS, 2014).

A qualidade da educação idealizada através desse índice, interliga as lógicas de produtividade e competitividade das instituições de ensino com o padrão de qualidade empresarial, à medida que se estabelece um controle e vigilância sobre o trabalho das escolas e dos professores com a finalidade de que as metas sejam alcançadas. Nesse sentido, o controle sobre a atuação dos docentes e as ações gerencialistas produzem condutas baseadas na performatividade e autorresponsabilização pelos resultados de acordo com as premissas das políticas de avaliação nacionais (GARCIA; VOSS, 2014).

Relacionando a avaliação das políticas educacionais com a mercantilização empresarial, considera-se que essa prática se encontra no controle das ações dos docentes, tendo em vista que as metas estabelecidas atribuem aos professores a responsabilidade em elevar a qualidade da educação, segundo o IDEB, indo de encontro com a lógica empresarial, a qual visa maximizar os resultados, também, no estabelecimento da prestação de contas e o incentivo mesmo que indiretamente na competição dentre os sujeitos (GARCIA; VOSS, 2014). Sob a ótica dos autores, a qualidade educacional traduzida pelo IDEB possibilita questionar a conduta docente.

Assim, o padrão de qualidade fundado no IDEB funciona como uma tecnologia de governo da educação, pois o desempenho escolar nas avaliações nacionais torna-se um mecanismo condicionador da gestão das escolas e do trabalho docente. Com isso, o IDEB cria formas de racionalização e operacionalização numérica de fatores multifacetados – reprovação, evasão escolar e desempenho nas avaliações oficiais – que enquadram a gestão das escolas e o trabalho dos/as professores/ as numa lógica gerencial e performativa. (GARCIA; VOSS, 2014, p. 393)

Em conformidade com esse pensamento, salienta-se que a regulação do discurso da qualidade da educação utilizando os resultados do IDEB, que embasa o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e o Plano de Ações Articuladas (PAR), opera como uma

tecnologia de responsabilização pelos gestores, docentes e comunidade escolar para o gerenciamento em prol da qualidade da educação. Nessa conjuntura, procura-se criar um consenso a fim de articular os diferentes interesses dos envolvidos na gestão das redes de ensino educacionais, pois quando as diferentes demandas das políticas educacionais são organizadas, o discurso da qualidade da educação mediante IDEB torna-se hegemônico (GARCIA; VOSS, 2014). E, verdadeiramente, há estudos por meio dos quais pode-se constatar que professores mais experientes possibilitam melhor rendimentos dos alunos nos índices escolares. Desse modo, a atuação docente exerce influência para a melhoria do ensino (CATELAN *et. al*, 2016).

Garcia e Voss (2014) ao debater a precarização do trabalho docente em um cenário de exigências e controle sobre os resultados, destaca a função do professor em responder por ações além da sua profissão, uma vez que exige o domínio sobre novas tecnologias e de novos métodos de ensino. Isso ocasiona um sentimento de desprofissionalização, o qual o docente se sente desqualificado e se autorresponsabiliza pelos resultados desejados pelas instituições. Essa falta de autonomia do docente ressalta a crise da educação pública, uma vez que seu trabalho está condicionado apenas aos princípios que caracterizam os conteúdos padronizados das avaliações externas, por isso, não consegue desenvolver um trabalho voltado a transformar a sociedade (SANTOS; SILVA; SILVA, 2019).

d) Recursos

Para que se alcance a qualidade da educação se faz necessário discutir não apenas os resultados do IDEB, mas também, os recursos aplicados e como eles podem se transformar em ganhos de aprendizagem para os estudantes, haja vista que maiores gastos podem não garantir os melhores resultados. Em consequência disso, é preciso compreender como os custos e o indicador de qualidade da educação se relacionam em prol de avanços para a educação pública (CATELAN *et. al*, 2016).

Após as mudanças no sistema educacional promovidas pela Constituição Federal de 1988, aumentou-se o incentivo a descentralização das responsabilidades, promovendo assim, a municipalização da educação. Com a descentralização da gestão educacional, evidenciou-se a carência de instrumentos e recursos para amparar, auxiliar financeiramente e incentivar os municípios com o intuito de suprir a escassez de recursos. Um exemplo disso é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que promove a alocação dos recursos com objetivo em equilibrar e proporcionar maior igualdade na oferta da educação

em âmbito municipal. Nesse contexto, salienta-se que uma gestão ineficiente do gasto público reflete na qualidade do ensino, se tornando assim um problema social (CATELAN *et al*, 2016).

Aborda-se a importância da eficiência na gestão dos gastos públicos, de modo que possibilite ampliar o acesso à educação e a melhoria do ensino, minimize os impactos em longo prazo enfrentando as possíveis dificuldades do campo educacional (SOUSA *et al*, 2018). Seguindo essa ótica, justifica-se a importância de analisar os gastos com a educação, visto que a condução das políticas educacionais pode ser estabelecida de maneira inapropriada ocasionando um aumento de escolaridade sem aumento do capital humano, já que esse é considerado fundamental para a inserção de um indivíduo na sociedade.

Souza *et. al* (2018), ao descrever a aplicação de recursos com o IDEB em 56 municípios do sertão pernambucano, observaram que existe uma disparidade na alocação dos recursos, visto que desconsideram o número de alunos matriculados por município. Nesse cenário, em primeiro plano foi analisado o gasto médio por aluno em cada município; em seguida analisaram quais municípios alcançaram ou ultrapassaram as metas do IDEB e quais ficaram abaixo da meta estabelecida. Desses municípios que ficaram abaixo da meta, metade teve gasto médio por aluno inferior à média geral. Dentre esses municípios que tiveram o gasto médio por aluno abaixo da média, destaca-se a cidade de Itapetim que, mesmo com pouco recurso, atingiu a meta para a 4ª série do ensino fundamental e se aproximou da meta da 8ª série.

Dessa maneira, pode-se afirmar que o município foi eficiente na utilização dos recursos mesmo com limitações. Em contrapartida, alguns municípios que tiveram maiores gastos com educação só alcançaram metade do resultado estabelecido no IDEB. Em consequência disso, considera-se necessário que essas cidades verifiquem as estratégias do ensino fundamental, uma vez que seus gastos foram elevados, mas seus resultados foram insuficientes para obter a meta do IDEB.

Já dentre os 26 municípios que atingiram ou ultrapassaram as metas do IDEB, 9 tiveram gastos médio por aluno acima da média, os outros 17 apresentaram gastos médio por aluno abaixo da média. Portanto, considerando que 46,4% dos 56 municípios em estudo alcançaram as notas do IDEB para o ensino fundamental, os autores acreditam que esses utilizaram os recursos disponíveis de forma eficiente, mesmo com as dificuldades de logística que o sertão pernambucano enfrenta no campo educacional (Souza *et. al*, 2018). De modo geral, os autores reafirmam a importância de um plano estratégico para o ensino fundamental, uma vez que não há relação entre maior gasto com melhor resultado, deve-se então alinhar os

objetivos de modo que com os recursos bem distribuídos se alcance os resultados desejados inerentes as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Catelan *et al.* (2016), no estudo voltado para explicar os gastos nas unidades de ensino do município de Rolândia/PR, utilizou o custo direto como objeto de estudo, uma vez que esse interfere no âmbito escolar. Desse modo, enfatiza-se a importância do conhecimento dos custos para garantir uma alocação eficiente dos recursos. Acredita-se que a qualidade da educação deve ser ligada a um padrão mínimo de custo por aluno que possibilite assistir a igualdade dos estudantes e, em detrimento disso, ocorreu a implementação do custo aluno-qualidade para garantir uma homogeneidade no custo por aluno. Alguns fatores diferenciam o Custo Aluno-Qualidade entre cada nível e modalidade de ensino, como por exemplo: tamanho da creche/escola, salário dos professores e o percurso dos alunos na instituição. Explica-se que as taxas de evasão escolar, o desempenho dos alunos e as repetências foram fatores determinantes no debate de um valor mínimo a ser gasto com aluno no Brasil.

Referindo-se ao estudo mencionado, a coleta de dados no município de Rolândia/PR utilizou informações referentes ao IDEB de 2011, ano do último IDEB que antecedeu a pesquisa. Os dados foram divididos em dados técnicos que se formula através do quantitativo de alunos, professores e outros componentes da comunidade escolar. E, os dados de custos, configurados mediante a remuneração dos docentes, demais funcionários, valor das refeições entre outras variáveis. Esses custos foram divididos por categorias, os custos pedagógicos voltados à remuneração dos professores, custos administrativos referentes a remuneração de outros servidores e, custos sociais inerentes à remuneração de mão de obra, cozinha e gêneros alimentícios.

A soma desses custos resulta no custo direto (CATELAN *et al.* (2016). Dessa maneira, após averiguar o número de alunos matriculados nas 12 escolas entre os anos iniciais e finais, verificou-se que os anos iniciais consomem mais recursos na divisão dos gastos com ensino fundamental. Dada a análise dos custos por categoria, observou-se que os custos com professores (custos pedagógicos) representam 74,64% dos custos educacionais municipal, sendo esse o mais expressivo em comparação com as demais categorias.

Demonstra-se ainda, que existe certa desigualdade no custo médio direto por aluno em cada unidade de ensino, de modo que alguns fatores são utilizados para explicar essa questão. Considera-se então, que a diferença de renda e de localidade das instituições pode explicar essa diferença nos custos. Ademais, foi explorado também, o índice de correlação entre as variáveis que influenciam no desempenho dos alunos considerando o porte das instituições de ensino e, nesse sentido, apontou-se que existe uma economia de escala – uma vez que as

escolas de pequeno porte precisam de uma estrutura mínima de gestão, de modo que quanto maior o porte da escola menor será o custo por aluno para manter o seu funcionamento. Nesse sentido, os autores observaram que a correlação entre gasto médio com educação e desempenho com IDEB tende a ser favorável nos municípios de maior porte, propiciando assim melhores resultados nas avaliações educacionais (CATELAN *et al.* 2016).

2.2 Limites e potencialidades do IDEB

Os resultados das avaliações externas são amplamente divulgados pela mídia e, para muitos, seus efeitos se tornam inquestionáveis. A expansão dessas avaliações é quase universal, de modo que engloba diversos países pelo mundo (ALMEIDA; DALBEN; FREITAS, 2013). Nesse sentido, nota-se que as avaliações em larga escala realizadas no âmbito educacional são instrumentos publicados afim de ranquear as instituições de ensino de acordo com seus resultados. Seguindo com esse posicionamento, aponta-se que:

No campo da avaliação educacional, a possibilidade da associação da eficácia escolar a diferentes resultados oriundos dos exames baseados em testes padronizados é um problema, à medida que diferentes formas de medir levam a resultados diferentes, o que evidencia a fragilidade da elaboração de listas de ranqueamento e, conseqüentemente, do uso meritocráticos desses resultados. (ALMEIDA; DALBEN; FREITAS, 2013, p.1162)

Ao analisar as instituições de ensino com os melhores resultados, nota-se que a avaliação detém de um caráter compensatório, uma vez que esse aspecto da avaliação educacional se configura com a vinculação de imagens positivas das instituições e na viabilização de verbas para estas. Além disso, aponta-se que os números de alunos por turmas e escolas influenciam diretamente nos resultados do IDEB (SOARES; SOUSA, 2020). No entanto, os resultados dessas avaliações não estão transparecendo a realidade das políticas sociais, como é o caso do IDEB. Sua análise se dá puramente de forma estatística e não incluem os fatores externos que influenciam nesses resultados, fomentando a competitividade e individualidade entre os professores de toda rede educacional. Dessa maneira, as escolas atuam isoladamente se tornando únicas e responsáveis pelo desempenho dos alunos (TOSTA; NEY, 2016).

Ao que se refere às técnicas de preparação dos alunos, pode-se afirmar que as avaliações externas pressionam a gestão escolar, de modo que retira a autonomia dos discentes e docentes, colaborando assim, para a precarização do ensino o qual se volta apenas às práticas mercadológicas no cumprimento de metas. Ademais, acredita-se que embora as

avaliações externas façam um diagnóstico acerca do aprendizado dos discentes, é explícito a utilização do seu caráter político-partidário com vistas a alcançar o êxito, desconsiderando o fracasso e desprezando a qualidade em prol da quantidade nas escolas públicas. Em virtude disso, confirma-se a existência da política por resultados nas instituições de ensino (SOARES; SOUSA, 2020). Embasado nesse contexto, os autores enfatizam que:

Ao exercer a função de regulação, prestação de contas e controle social e governamental sobre as atividades desenvolvidas na escola, a avaliação se caracteriza por uma imposição vertical que gera medo e insegurança para os gestores, que podem ser interpretados como inábeis no desenvolvimento do processo educacional e sofrer maior desvalorização profissional. (SOARES; SOUSA, 2020, p. 12)

Tosta e Ney (2016) afirmam que é necessário ampliar as discussões acerca da avaliação das políticas educacionais, haja vista que o IDEB precisa contribuir efetivamente na qualidade de vida dos indivíduos através da educação escolar. Apesar destas críticas, o IDEB está completamente integrado às políticas educacionais, uma vez que é considerado o principal indicador da qualidade da educação brasileira.

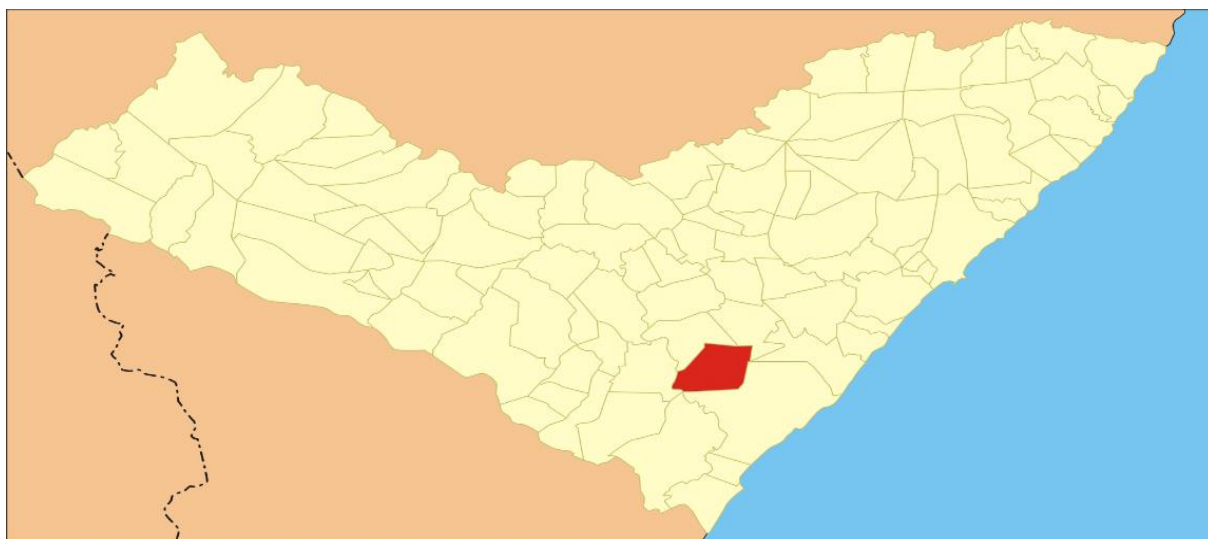
3 TEOTÔNIO VILELA EM DADOS

Este capítulo irá abordar os resultados do IDEB e suas influências na gestão educacional do município de Teotônio Vilela – Alagoas. Sendo assim, faz-se necessário apresentar as características dessa localidade de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Serão expostas informações acerca da população, localização, escolaridade, emprego e renda, pobreza, Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), objetivando explicar como esses fatores influenciam a educação e os resultados do IDEB municipal.

Conforme os dados apresentados pelo IBGE (2017), Teotônio Vilela passou a crescer a partir de 1973, crescimento movido pela indústria, quando o até então povoado conseguiu superar Junqueiro, que era a sua sede. No entanto, apenas em 1982 ocorreu o primeiro pleito eleitoral, e o povoado elegeu três vereadores e, a partir desse momento, deu início à busca por sua autonomia. Esta foi alcançada mediante plebiscito ocorrido em 1986, ocasião em que o povoado conhecido como Feira Nova se emancipou e se tornou o município de Teotônio Vilela. Apenas em novembro de 1988, a cidade elegeu seu primeiro prefeito, que tomou posse em 1989 (IBGE, 2019).

Localizado em Alagoas o município encontra-se na mesorregião Leste e na microrregião de São Miguel dos Campos, com sua área territorial abrangendo 299,221 Km² (IBGE, 2020). Sua localidade permite acesso por transportes automotivos e aéreos como helicópteros, já que o município não conta com aeroportos.

Figura 01 – Mapa localização do município de Teotônio Vilela/AL.



Fonte: Wikipédia, 2021.

No último censo demográfico, em 2010, sua população era de 41.152 pessoas; já em 2021 o IBGE estimou o total de habitantes do município em 44.570 pessoas (IBGE, 2021). Ainda de acordo com o último censo demográfico realizado em 2010, a população de Teotônio Vilela com 10 anos ou mais era de 32.229 pessoas que se dividiam entre 15.630 homens e 16.599 mulheres.

Considerando essa parte da população, o nível de instrução das pessoas, em dados numéricos, era visualizado da seguinte maneira: 23.551 (73%) sem instruções e com ensino fundamental incompleto, 4.515 (14%) com fundamental completo e ensino médio incompleto, 3.766 (11,68%) com médio completo e superior incompleto, 325 (1%) com superior completo e 72 (0,22%) não determinaram seus níveis de instruções (IBGE, 2020).

Estatisticamente, em 2019, cada trabalhador formal recebia em média 1,7 salários-mínimos mensais e 11,9% da população estava ocupada em alguma atividade não especificada, configurando um rendimento mensal baixo. Em comparação com outros municípios alagoanos, Teotônio Vilela ocupava a 52ª posição, em 102 possíveis, no que se refere ao trabalho; e a 21ª posição no que se refere à renda. Já relacionado aos demais municípios brasileiros, encontrava-se na posição 3.754ª e 2.955ª, de 5.570 municípios no total, respectivamente. Considerando o rendimento domiciliar mensal de até meio salário-mínimo por pessoa, 51,3% da população vivia nessas condições, colocando o município na posição 62, de 102, no estado e na posição 1.142, de 5.570, em cenário nacional (IBGE, 2020).

Ao que se refere a riqueza produzida no município, O PIB por setor se consolida através de diferentes valores dependendo da atividade econômica. Em 2019, o PIB da agropecuária era de R\$ 128.421,25; enquanto a indústria apresentava um PIB de R\$ 40.541,85; já o setor de serviços demonstrava um PIB de R\$ 133.037,79; e o setor de administração pública consolidou um PIB de R\$ 178.752,51. Diante desses dados, é notório que o setor que mais detém peso econômico é a administração pública, que engloba a segurança, educação, saúde pública e assistência social (IBGE, 2019).

Nesse cenário, pode-se apontar que o município de Teotônio Vilela obteve em 2019 um valor médio agregado por indivíduo igual a R\$ 11.452,33 caracterizando o PIB per capita anual municipal ocupando a posição 3.931º a nível nacional e a posição 59º a nível estadual (IBGE, 2019). Considerando as dimensões de desenvolvimento humano – longevidade, educação e renda – o IBGE, a partir de dados de 2010, afirmou que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Teotônio Vilela foi de 0,564, o que, de

acordo com o Atlas Brasil, está abaixo do nível médio brasileiro (IBGE,2019). Percebe-se, portanto, que os fatores de educação, renda e a incidência de pobreza influencia esse índice, uma vez que o município não detém de fontes que proporcionem emprego e renda para a sua população.

Visando interferir diretamente nesses índices de IDH e escolaridade, a gestão municipal, a partir de 2001, adotou diversas medidas para melhorar essa realidade. Mediante vídeos expositivos nos meios digitais, entre 2000 e 2010 nota-se o empenho da gestão em substituir o cenário de miséria e abandono por uma realidade de avanços em quase todos os âmbitos da Administração Pública, sobretudo ao que se refere o seu patrimônio, como por exemplo, construção de ruas, praças, escolas, unidades básicas de saúde e programas sociais visando garantir fontes de renda para a população (ANTÔNIO, 2013).

Nos últimos doze anos esses investimentos se direcionaram a aprimorar as políticas públicas no município. Concomitante a esses avanços, em 2018 foi criado, através da lei nº1032/18, o ‘Polo Industrial Governador Eduardo Campos’ tendo por objetivos a formulação e o incentivo a micro, pequenas, médias e grandes empresas com a finalidade de desenvolver uma sistematização eficiente que, de modo descentralizado, possa aumentar a oferta de empregos no município (TEOTÔNIO VILELA, 2018). Atualmente, esse polo conta com duas empresas funcionando: a NHP Service e a AMAFIL.

Em 2020 através do Referencial Curricular da Rede Municipal de Ensino de Teotônio Vilela, demonstrou-se os resultados dos investimentos impostos ao longo dos anos, na construção de 40 estabelecimentos de ensino que se dividem em: 32 instituições de ensino fundamental e 18 com atendimentos de ensino fundamental e a educação infantil. Descritos no quadro 4:

Quadro 4 - Quantitativo de estabelecimentos de ensino no município de Teotônio Viela - AL

ETAPA ATENDIDA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
EDUCAÇÃO INFATIL	07
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	13
EDUCAÇÃO INFANTIL/EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	18
CENTRO DE APOIO A INCLUSÃO ESCOLAR	01
LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM	01
TOTAL	40

Fonte: SEMED, 2020.

Os investimentos se aplicam também, na oferta do ensino integral e de qualidade. Em

2020 o percentual de alunos que permaneciam mais de 7 horas em atividades escolares chegou a 71.8%, expondo que o objetivo desse fomento é atingir as metas do Plano Municipal da Educação. Tais investimentos também refletem nas taxas de evasão escolar que entre 2013 e 2018 baixou de 5,50% para 0,04% (SEMED, 2020).

Os investimentos na saúde somaram mais de 45 milhões de reais em 2021 resultando em mais postos de saúde inaugurados, equipamentos e estabelecimentos de saúde funcionando diariamente com a finalidade de transformar esses recursos em bons resultados na qualidade do serviço ofertado. Este êxito vem sendo evidenciado nos indicadores de saúde através do programa Previne Brasil, além de manter o salário dos trabalhadores sem atrasos. Desse modo, a saúde do município é caracterizada por sua assistência integral e humanizada contando com diversos equipamentos e múltiplos profissionais para atender a população. (TEOTÔNIO VILELA, 2022).

Esses resultados apresentam uma mudança na realidade da vivência dos munícipes que antes enfrentavam uma realidade distinta e que atualmente possuem mais oportunidades e são beneficiados com políticas públicas de qualidade. Outrossim, caracterizando o município ao pensamento popular, Teotônio Vilela é uma cidade promissora que, nos últimos vinte anos, vem apresentando um crescimento e um desenvolvimento expressivo, de modo que deixou a realidade de extrema pobreza para se tornar uma referência em políticas públicas no estado e a nível nacional. Superando as dificuldades encontradas na gestão educacional, o município ultrapassou nos últimos anos as metas estabelecidas para o IDEB objeto de estudo em questão.

3.1 Gestão da educação municipal

Ao analisar a gestão municipal da educação, faz-se necessário verificar se o município detém iniciativas próprias por meio de propostas de avaliação e monitoramento dos resultados do desempenho educacional. A descentralização da gestão da educação para estados e municípios favoreceu a adoção de avaliações externas com a finalidade de medir e monitorar periodicamente os índices da educação básica. Essas políticas de avaliação ampliam a visibilidade do sistema educacional brasileiro (MACHADO; PIMENTA; SOUSA, 2012). Nesse cenário o contexto das políticas educacionais obteve algumas inclusões no seu planejamento

A partir de 2007, após o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do governo federal do Brasil, desencadeou-se um amplo processo de

mobilização social e descentralização das políticas educacionais, incentivadas pelo Ministério da Educação (MEC), a serem desenvolvidas pelos Estados e municípios, a fim de atender aos objetivos fixados para a educação brasileira, constantes nos principais documentos de planejamento. (ARAÚJO; COSTA; CUNHA, 2012. p.94).

Dada essa descentralização na gestão da educação, torna-se fator fundamental analisar se os estados e municípios estão executando métodos próprios de monitoramento e avaliação nas instituições de ensino. Considerando o IDEB como o principal termômetro para mensurar o desempenho da educação municipal, destaca-se a importância da implantação de sistemas próprios de avaliação entre os estados e os municípios, com a finalidade de aprimorar seus resultados nas avaliações do IDEB. Os resultados das avaliações internas podem beneficiar a gestão municipal, a medida em que possibilita verificar quais os erros e as possíveis melhorias no âmbito educacional, além disso, pode beneficiar os docentes envolvidos a adquirir alguma bonificação (MACHADO; PIMENTA; SOUSA, 2012).

Utilizar indicadores de qualidade na educação torna a gestão mais democrática, na medida em que permite o controle social e a transparência sobre o desenvolvimento do município, dessa maneira, estabelecendo ações e a execução de políticas de avaliação ocasiona o envolvimento de toda a população em sentido a alcançar os melhores resultados. Esse processo engloba toda a comunidade escolar, gestores, docentes, estudantes e os pais, tornando assim uma gestão de ensino participativa e eficaz (BASSI; CAMARGO, 2010).

Observando o município de Teotônio Vilela – Alagoas, é visualizada a necessidade de implantar novos métodos de trabalho no âmbito da educação, haja vista que os dados de escolaridade expostos pelo IBGE em 2010 demonstravam a fragilidade da população em relação a concluir os anos de estudos necessários. Desse modo é dada a importância de realizar uma identificação das ações que a gestão municipal exerce para a aprimorar a educação pública e seus resultados mediante o IDEB. Sabe-se que em 2010 foi sancionado o Plano Municipal da Educação através da lei nº 471/2010 que estabeleceu a duração desse plano por 10 anos. Nas diretrizes estabelecidas nesse plano para o ensino fundamental, foi definido que:

As escolas devem trabalhar em clima de cooperação entre as direções e equipes docentes, para que haja condições favoráveis a adoção, execução, avaliação e aperfeiçoamento das estratégias educacionais, em consequência do uso adequado do espaço físico, do horário e calendário escolares, na forma dos artigos 12 a 14 da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estas deverão estabelecer como norteadoras de suas ações pedagógicas: os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito do bem comum, os princípios dos Direitos e Deveres da Cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática, os princípios estéticos da sensibilidade da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais. (TEOTÔNIO VILELA, 2010, p. 11)

Esse plano tornou-se um marco para as mudanças estabelecidas na gestão municipal da educação a partir de 2010, haja vista que foram definidas metas para cada modalidade de ensino. Em específico, se propôs universalizar o Ensino Fundamental no prazo de cinco anos para garantir o acesso, a permanência e a qualidade da gestão escolar. Em detrimento dos baixos resultados nos índices educacionais do município, mudanças foram adotadas, sobretudo, na formulação das equipes escolares.

Posteriormente em junho de 2015 foi sancionado o ‘Novo Plano Municipal da Educação’ através da lei nº 928/2015 com validade de 10 anos, estabelecendo metas e estratégias para efetivar os resultados das políticas públicas educacionais nesse período. Demonstra-se mediante a construção desse plano, a busca constante pela melhoria da educação e da aprendizagem ofertada no município, correlato a isso identifica-se que o papel fundamental em sua elaboração é o da participação coletiva de todos que compõem a população de Teotônio Vilela, dessa maneira

A solidificação desse plano é a sua construção coletiva, com participação de toda a sociedade onde expressa as necessidades concretas, as propostas e os anseios de todos que vivem no município de Teotônio Vilela, e foi nesta perspectiva que a construção se deu com o envolvimento do poder público, de profissionais que atuam na área da educação na rede municipal, estadual e privada, e das diversas esferas da sociedade num caráter democrático e participativo na busca de melhorias para a educação do município. (TEOTÔNIO VILELA, 2015, p. 04)

Evidencia-se a democratização nos processos decisórios na Administração municipal, no que tange as políticas públicas de modo que através da vigência desse plano uma nova concepção de educação torna-se a principal ferramenta na transformação e na melhoria da qualidade do ensino ofertado objetivando o êxito nos resultados dos índices educacionais e maior aprendizagem dos alunos (TEOTÔNIO VILELA, 2015).

Julga-se fundamental elaborar planejamentos que se concretizem em resultados, sobretudo na esfera educacional. Pertinente a isso, sabe-se que o planejamento estratégico é um dos elementos mais utilizados na tomada de decisão nos ambientes educativos. Neste sentido, colabora para o fomento do gerencialismo educacional, relacionado ao modelo da Nova Gestão Pública (NGP) que incorpora métodos gerenciais do setor privado no setor público (CABRAL; SOUZA, 2017). Considerando a importância de elaborar ações articuladas, a Secretaria Municipal de Educação de Teotônio Vilela anualmente produz o planejamento estratégico estabelecendo os objetivos, as estratégias, metas, indicadores e as ações a serem praticadas.

Em 2019 a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) avaliando a fundamentação do planejamento da gestão educacional envolvendo todos os seus atores,

definiu um planejamento estratégico ancorado em cinco dimensões:

Gestão Educacional; Formação de Profissionais da Educação Básica; Práticas Pedagógicas e Avaliação; Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos; Diversidade, Cultura e Cidadania. Cada dimensão está descrita a partir de indicadores que exigem a organização de ações e sub ações de forma a cumprir as metas estabelecidas pela rede pública municipal de ensino para o ano letivo em curso (SEMEC, 2019, p. 03).

Utilizando o Planejamento Estratégico da SEMED de 2021, é estabelecido que todo o planejamento estratégico da rede de ensino público municipal está direcionado ao alcance das metas correlacionadas ao Plano Municipal de Educação (PME) e PAR (SEMED, 2021). O PAR reúne ações apoiadas técnicas e financeiramente pelo Ministério da Educação (MEC) com a finalidade de cumprir as metas estabelecidas pelo ‘Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação’. A priori, foi necessário que os estados e municípios realizassem um diagnóstico sobre a situação local do sistema de ensino público e assinassem o compromisso acatando as dimensões abordadas (ARAÚJO; COSTA; CUNHA, 2012).

De acordo com artigos publicados na revista digital *InterAção*¹, produzida pelos técnicos da SEMED de Teotônio Vilela em 2020, nota-se a reformulação em todo o processo gerencial no âmbito da educação.

Em primeiro plano, no município ocorreu uma grande mudança na organização estrutural das avaliações internas passando a adotar a gestão por competências com os servidores da secretaria de educação. Nesse cenário, inovações foram implantadas no setor de Recursos Humanos, haja vista que a descrição de cargos e funções foi embasada nas dimensões e competências: Conhecimento, Habilidade e Atitude (CHA), com o propósito de identificar os perfis e competência técnica, comportamento e as competências dos colaboradores (FALCÃO *et al.*, 2020).

Seguindo o rol de mudanças em sua estrutura organizacional, a SEMED identificou que os investimentos em gestão educacional e gestão do ensino eram insuficientes para alcançar a expansão desejada. Desse modo, decidiu-se ampliar esses investimentos para todos os setores da rede pública de ensino municipal, sobretudo, no setor de pessoal fomentando a gestão estratégica de pessoas, de modo que se adeque a modernidade organizacional sem distinguir a ocupação profissional com ações que favoreçam o desenvolvimento humano (FALCÃO *et al.*, 2020)

¹Revista eletrônica apresentada como nova política pública implementada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) para publicar as práticas gestoras e pedagógicas bem-sucedidas desenvolvidas na rede municipal de ensino de Teotônio Vilela.

Foram implantadas diversas mudanças no ordenamento da gestão da educação, em ampla visão pode-se perceber tal feito na realização de Processo Seletivo Simplificado (PSS) para professores contratados, coordenadores pedagógicos e equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, na contratação de assessorias na gestão de pessoas, gestão educacional gestão pedagógica. Tais alterações estruturais também culminou na adoção da Avaliação de Desempenho Individual por competência dos servidores da educação (SANTOS *et al.*, 2020).

Métodos avaliativos foram executados pela gestão municipal da educação. Nesse contexto, em 2015, foi desenvolvido o planejamento individual do servidor, o qual estabeleceu metas de desempenhos individuais. Denominado como Gestão por Desempenho Individual por Competência (PGDI), esse plano de avaliação individual aplicado aos colaboradores efetivos, contratados e comissionados, em consonância com a Constituição Federal e com a lei municipal nº 1.047/2019, que dispõe sobre a reestruturação do plano de cargos, carreiras, remuneração e das providências correlatas da rede municipal de ensino de Teotônio Vilela (TEOTÔNIO VILELA, 2019). Os investimentos se direcionaram também ao Desenvolvimento Individual de Competências (PDIC), buscando identificar e incentivar o desenvolvimento das habilidades dos indivíduos em suas atividades laborais, possibilitando acesso mais rápido aos dados de desempenho pela equipe de gestão estratégica de pessoas. (FALCÃO *et al.*, 2020).

Entendendo a necessidade de melhorar seus resultados e o nível de aprendizagem dos estudantes, a gestão municipal de ensino estabeleceu sua metodologia de trabalho. Dizem os autores:

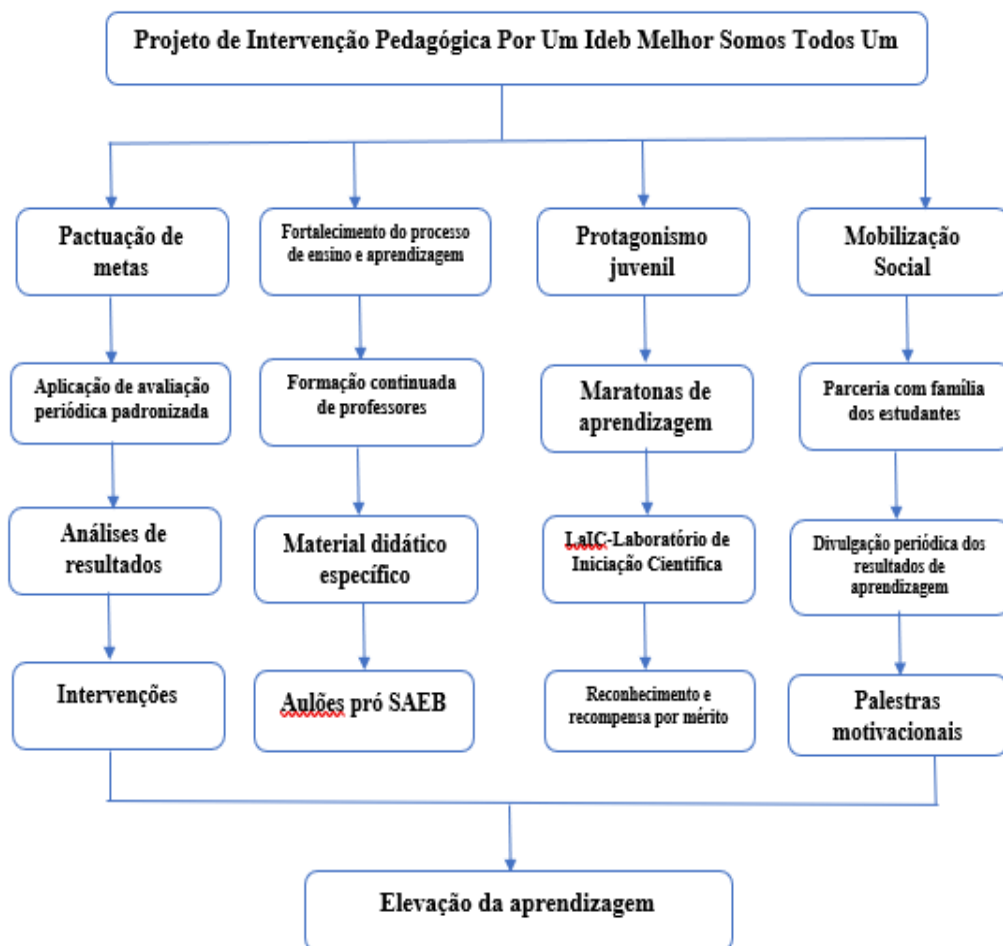
A partir da divulgação dos resultados do IDEB 2013, que apontaram insuficiência no alcance das metas por meio das notas obtidas tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do Ensino Fundamental [...], a Gestão Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação, preocupada em desenvolver uma forma de alavancar a qualidade da educação de maneira a contemplar espaços voltados para a melhoria da aprendizagem dos estudantes e sua formação, adotou uma série de medidas reestruturantes e o modelo de gerenciamento educacional foi aperfeiçoado através do reordenamento da Rede Municipal de Ensino. (SANTOS *et al.*, 2020, p. 51)

Dada essas mudanças no reordenamento estrutural da gestão da educação no município. Foi idealizado um projeto pedagógico com o propósito de promover intervenções nas turmas de 5º ano a 9º ano do ensino fundamental buscando aprimorar os resultados nas avaliações em larga escala e o aumento dos níveis de aprendizagem dos estudantes, incentivando a utilização de habilidades e competências nas áreas de leitura e na resolução de questões matemáticas. Lançado em 2015, o projeto intitulado “Por um IDEB Melhor Somos

Todos um Só” implementou métodos didáticos nas avaliações em larga escala com a finalidade de alavancar o desempenho das instituições de ensino no IDEB (SANTOS *et al.*, 2020).

Esse projeto foi elaborado considerando a realidade local e as demandas escolares, tendo em vista que os principais investimentos da gestão foram encaminhados para a formação de uma equipe multidisciplinar na gestão educacional, contemplando uma tríade metodológica – diagnóstico/intervenção pedagógica/avaliação – com o objetivo de contribuir na qualidade do ensino ofertado (SANTOS *et al.*, 2020). O planejamento desse projeto foi instituído analisando a seguinte estrutura organizacional:

Figura 02 – Fluxograma do projeto “Por Um IDEB Melhor Somos Todos Um”



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teotônio Vilela-AL, 2020.

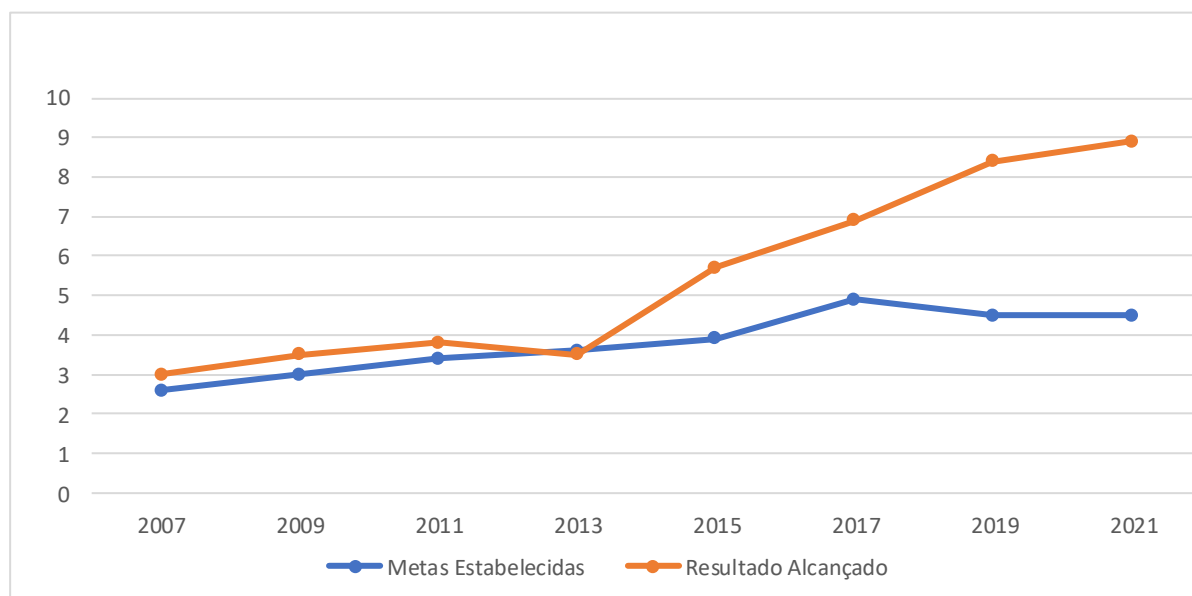
O envolvimento das equipes escolares foi fundamental para um diagnóstico macro, que possibilitou identificar as fragilidades do sistema de ensino e promover a elaboração de metas e o fortalecimento das metodologias de aprendizagem no nível fundamental (SANTOS

et al, 2020). Ações de acompanhamento e monitoramento das atividades pedagógicas foram executadas com a finalidade de possibilitar a preparação dos alunos para as avaliações internas e externas. A metodologia utilizada foi a aplicação de simulados diagnósticos em conformidade com as competências e habilidades da função docente, mediante esses simulados foram fornecidos boletins pedagógicos por estudante, turma, escola e município possibilitando analisar o planejamento e devidas intervenções para a alavancar os resultados.

A padronização na divulgação dos resultados forneceu o boletim com o desempenho dos estudantes e possibilitou maior intervenção pedagógica para aqueles que tiveram rendimentos abaixo do esperado (SANTOS *et al*, 2020). A visão da gestão municipal de Teotônio Vilela se amplia sobre a educação, uma vez que considera relevantes as avaliações em larga escala com foco em avaliar o desempenho de toda rede pública de ensino. Analisando os resultados obtidos no IDEB entre 2007 e 2021, nota-se que de 2007 a 2011 superaram levemente as metas estabelecidas; contudo, em 2013 o desempenho ficou abaixo do esperado. Nesse sentido, a partir de 2013, iniciaram mudanças no campo pedagógico. Com as mudanças implementadas a partir desse resultado negativo, o desempenho entre 2015 e 2021 superou em muito as metas colocadas, sobretudo no caso dos alunos do 5º ano (SANTOS *et al.*, 2020).

As metas e os resultados obtidos pelo município são apresentados nos gráficos a seguir:

Gráfico 1 – Metas estabelecidas e alcançadas na educação municipal, segundo o IDEB, anos iniciais, 2007 a 2021, município de Teotônio Vilela/AL.



Fonte: INEP, 2021.

DELFINO DE BARROS														
CECILIA MEIRELES			3.7	4.0	4.3	4.6	4.9		3.4	3.8		7.4	**	8.7
ERIVALDO DE ALMEIDA SILVA			3.6	3.9	4.2	4.5	4.8		3.3	3.8			**	**
JOSÉ PEREIRA DE ANDRADE						6.8	7.0					6.6	6.4	9.1
MARIA IRENE DA SILVA		3.0	3.3	3.6	3.9	4.2	4.5	2.8					**	**
MONTEIRO LOBATO	2.9	3.2	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8						**	**
PADRE JOSEPH MARIUS TOURNIER					3.5	3.8	4.4				3.2	5.1	6.5	8.4
PASTOR NELSON BONAPARTE	2.9	3.3	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9	2.8	3.6	3.7		6.2	6.9	7.5
ALCIDES DOS SANTOS ANDRADE						6.3	6.6					6.1	5.9	8.5
PROF.º GILBERTO FRANCISCO DA SILVA														7.9
JOSE ALUISIO VILELA		3.2	3.6	3.8	4.1	4.4	4.7	3.0	3.3	3.5	3.3	5.6	6.6	9.1
PROF.ª ADRIANA FERREIRA DA SILVA														7.5
PROF.ª MARCIA NEUSILENE DA TRINDADE BATISTA			3.8	4.1	4.4	4.7			3.6	3.6		6.3	7.0	8.9

* Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

** Sem média no SAEB: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Fonte: INEP, 2020.

Já nos anos finais (9º ano), dez escolas compõem a avaliação do IDEB no município, no entanto, apenas seis participaram da maioria das avaliações, os resultados das edições entre 2007 e 2019 são descritos no quadro 6:

Quadro 6 – Resultados por escolas que participaram das edições do IDEB entre 2007 e 2019, 9º ano, município de Teotônio Vilela/AL.

ESCOLAS MUNICIPAIS	METAS ESTABELECIDAS							RESULTADOS						
	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA	2.3	2.5	2.9	3.3	3.7	4.0	4.3	2.3	2.5	3.3	2.6	4.8	6.2	6.8
DOM AVRLAR BRANDÃO VILELA	2.0	2.3	2.7	3.2	3.6	3.9	4.2	2.2	2.6	2.8	2.6	4.5	*	6.7

PROFESSORA VERA LÚCIA DA SILVA	1.8	2.1	2.5	3.1	3.6	3.8	4.1	2.3	2.9	3.3	2.8	4.8	5.7	6.8
MANOEL LOURENÇO DA SILVA			2.8	3.1	3.4	3.7	3.9		2.7	2.6	3.3	5.1	**	5.8
CECILIA MEIRELES			3.2	3.5	3.8	4.1	4.3		3.1	2.8	3.8	5.8	**	6.6
JOSÉ PEREIRA DE ANDRADE				3.8	4.1	4.4	4.6			3.6			5.6	6.7
PADRE JOSEPH MARIUS TOURNIER					2.7	2.9	3.2				2.5	4.7	3.9	5.9
MARIA DE MEDEIROS TAVARES				2.8	3.1	3.4	3.6			2.6	2.1	3.8	**	**
JOSÉ PACHECO FILHO						4.6	4.9					4.4	5.1	6.8
PROFª MARCIA NEUSILENE DA TRINDADE BATISTA			3.1	3.3	3.6	3.9	4.2		2.9	3.5	3.7	4.8	**	7.

* Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

** Sem média no SAEB: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Fonte: INEP, 2020.

Na última avaliação do IDEB em 2021 a meta projetada para o município nos anos iniciais era de 4.9, no entanto, o resultado oficial divulgado pelo INEP foi de 8.9, das escolas avaliadas apenas a João Delfino de Barros e a Manoel Lourenço da Silva tiveram resultados abaixo da média municipal. Os resultados por escola serão descritos no quadro7:

Quadro 7 – Resultados por escola dos anos iniciais em 2021.

ESCOLAS	IDEB
CECILIA MEIRELES	9,5
JOÃO DELFINO DE BARROS	7,8
JOSÉ PEREIRA DE ANDRADE	9,7
MANOEL LOURENÇO DA SILVA	7,9
PADRE JOSEPH MARIUS TOURNIER	8,9
PASTOR NELSON BONAPARTE	9,3
GERALDO GOMES DE BARROS	8,8
ALCIDES DOS SANTOS ANDRADE	8,3
MARIA DE MEDEIROS TAVARES	8,2
GILBERTO FRANCISCO DA SILVA	8,5
JOSE ALUIZIO VILELA	9,3
PASTOR GEREMIAS DE FREITAS AMARO	9,1
PROFª ADRIANA FERREIRA DA SILVA	9,0
PROFª MARCIA NEUSILENE DA TRINDADE BATISTA	9,6

Fonte: INEP, 2021.

Nos anos finais em 2021 a meta do IDEB projetada era 4.5, entretanto, o município obteve o resultado de 7.1. Observa-se que das oito escolas avaliadas três obtiveram resultados abaixo da média municipal, Manoel Lourenço da Silva, Dom Avelar Brandão Vilela e Prof.^a Vera Lúcia da Silva. Os resultados estão descritos no quadro 8:

Quadro 8 – Resultados por escola dos anos finais em 2021.

ESCOLAS	IDEB
CECILIA MEIRELES	8,0
JOSÉ PEREIRA DE ANDRADE	7,3
MANOEL LOURENÇO DA SILVA	5,8
AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA	7,7
DOM AVELAR BRANDÃO VILELA	6,5
PROF^a VERA LÚCIA DA SILVA	6,9
JOSÉ PACHECO FILHO	7,6
PROF^a MARCIA NEUSILENE DA TRINDADE BATISTA	7,4

Fonte: INEP, 2021.

De acordo com o portal ‘Estados e Cidades’, em 2022, 88,45% das escolas municipais de Teotônio Vilela estão localizadas na zona urbana e 11,55% estão na zona rural. Essas são compostas por uma quantidade inferior de alunos e não participaram da maioria das edições do IDEB em determinados anos, o município contou com a participação de todas as instituições de ensino, fato que contribuiu para o aumento da média em relação a outros municípios.

Aponta-se o fortalecimento no monitoramento dos indicadores educacionais como um dos principais instrumentos para a obtenção dos resultados do município, também, as mudanças constantes em todo âmbito escolar, na prática pedagógica, na formulação de planejamento e na integração entre professores e alunos. Argumenta-se, portanto, que é necessário acompanhar, monitorar e orientar a atuação dos gestores e dos professores com o objetivo de aprimorar o rendimento e o desempenho dos discentes nessas avaliações (ALMEIDA; ALMEIDA, 2020). Posto isso, faz-se necessário entender mais as mudanças promovidas pela prefeitura na educação do município. e para isso, a proposta é uma pesquisa com gestores municipais.

4 A OPINIÃO DOS GESTORES E TÉCNICOS DA SEMED DE TEOTÔNIO VILELA-AL SOBRE O DESEMPENHO RECENTE DO IDEB

A pesquisa realizada se fundamenta em entrevistas com gestores escolares e gestores técnicos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. As entrevistas foram todas presenciais, sendo 10 entrevistas com gestores escolares e 1 com a assessora especial da SEMED. A primeira entrevista ocorreu em meados de setembro de 2022 e a última em dezembro de 2022.

Foram escolhidas 10 instituições de ensino. As escolas foram selecionadas mediante o critério de participações nas avaliações do IDEB, as escolas que mais participaram das edições de 2007 a 2021. As escolas selecionadas dos anos iniciais foram Padre Joseph Marius Tournier, Pastor Nelson Bonaparte, Geraldo Gomes de Barros, Maria de Medeiros Tavares, José Aluizio Vilela e Pastor Geremias de Freitas Amaro. Para os anos finais, foram selecionadas as escolas Aurélio Buarque de Holanda, Dom Avelar Brandão Vilela, José Pacheco Filho e Professora Vera Lucia. Toda a amostra é de escolas localizadas na zona urbana do município.

As entrevistas foram produzidas com questões abertas, contando com 29 perguntas direcionadas à assessora técnica da SEMED; e 22 questões foram respondidas pelos gestores escolares. Possibilitando indagar questões acerca da preparação dos alunos, conduta docente, nível socioeconômico, recursos e gestão escolar. A coleta das informações ocorreu mediante gravações, cada entrevista durou entre 15 min a 40min e os resultados estão descritos conjugando as respostas dos gestores escolares com as respostas da assessora especial da SEMED.

4.1 Preparação dos alunos

Acerca da preparação dos alunos, o município utiliza o projeto ‘Por um IDEB Melhor Somos Todos um Só’ como principal instrumento para aumentar o desempenho desse índice. Dentro desse projeto são elaboradas ações de ensino e aprendizagem em concordância com a SEMED. Diante disso, os gestores escolares puderam responder questões que evidenciam a relação da escola com a secretaria de educação.

Ao serem questionados sobre quais incentivos oferecidos aos alunos em alcançar as metas do IDEB por parte da secretaria, os gestores informaram, de modo unânime, que o município tem um mecanismo de recompensas para premiar as escolas que se destacam nas

avaliações. Em relação aos alunos, existem ainda premiações de acordo com os desempenhos nos simulados promovidos pela SEMED.

Os gestores relataram que as ações desenvolvidas pelas instituições de ensino se voltam na aplicação de simulados internos periodicamente, organização de maratonas de aprendizagem, atendimentos individualizados e o planejamento estratégico de cada escola com o objetivo de alcançar as metas colocadas pela SEMED. Além dessas ações, há uma escola que realiza atividades e palestras de cunho socioemocional visando incentivar a participação de toda comunidade escolar no processo avaliativo. Já uma outra escola propõe momentos de pausa para atividades motivacionais, e duas outras escolas utilizam premiações específicas nas maratonas e simulados internos das instituições.

Ao que se refere a opinião dos professores sobre a avaliação padronizada aos alunos (que ocorre nos simulados periódicos), nove dos gestores entrevistados apontaram que a padronização é vista positivamente, uma vez que a avaliação padronizada emite indicadores de referência para o trabalho pedagógico a ser realizado, permitindo conhecer os níveis de aprendizagem dos alunos tendo como base a proficiência. Em contraposição, um gestor enfatiza que esta é uma questão controversa, pois os professores da sua instituição não concordam com esse tipo de avaliação, uma vez que não concordam em rotular os alunos de acordo com esses resultados. Porém, como essa avaliação do IDEB é instituída pelo MEC e a própria SEMED produz os simulados aplicados na rede municipal de ensino, os professores aceitam aplicá-los.

Sob a ótica da SEMED essas avaliações são aplicadas anualmente com a finalidade de diagnosticar o nível de aprendizagem dos alunos e elaborar as possíveis intervenções. Para além disso, o professor tem autonomia para aplicar as avaliações e realizar suas intervenções². Os simulados que caracterizam essas avaliações padronizadas são elaborados pela equipe técnica da SEMED. Para a Secretaria, nenhuma escola chegou a demonstrar insatisfação perante a essa metodologia.

Os resultados das avaliações padronizadas possibilitam compreender quais são os descritores nos quais os alunos e as turmas possuem maiores habilidades e maiores dificuldades. O MEC (2011, p. 18) define que “O descritor é uma associação entre conteúdos curriculares e operações mentais desenvolvidas pelo aluno, que traduzem certas competências e habilidades.”. Os descritores com os quais as turmas apresentam maiores dificuldades são

² A Escola Dom Avelar Brandão Vilela aplica avaliações intermediárias antecipando os simulados da SEMED com o objetivo de monitorar continuamente o seu desempenho.

trabalhados com maior intensidade, a fim de reverter esse quadro e, posteriormente, a escola obter êxito nas avaliações. Ao longo do ano são realizados outros simulados comparativos que permitem analisar o rendimento de cada aluno e turma. Além disso, através desses simulados é feito o ranqueamento de turmas e alunos de acordo com os resultados nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Esse ranqueamento permite identificar quais alunos estão com dificuldades na aprendizagem e quais apresentam os melhores rendimentos, e os que demonstram dificuldades são inseridos no Laboratório de Aprendizagem (LAP).

O LAP é uma das intervenções montadas após o resultado ruim do IDEB de 2013. Em 2016, descentralizou-se o LAP para as escolas. Este foi o primeiro projeto que alavancou o IDEB municipal. No LAP são inseridos os alunos que demonstram dificuldades na aprendizagem e nas avaliações internas das escolas.

O Laboratório de Iniciação Científica (LAIC) também é uma importante ferramenta utilizada como estratégia para alavancar os resultados do IDEB, os alunos de todas as unidades de ensino municipal têm acesso ao LAIC. Os alunos que participam do LAIC são os que possuem a proficiência adequada (habilidades próprias) e precisam, apenas, aprimorar suas habilidades. A seleção destes alunos se dá a partir dos resultados dos simulados aplicados ao longo do ano que são avaliados pelos professores. Todos os gestores escolares avaliaram positivamente a utilização do LAIC na rotina escolar, uma vez que o LAIC aprimora as habilidades, potencializando aquele aluno e elevando seu grau de habilidade para o ensino médio.

Os resultados dos simulados são utilizados, pela SEMED, para discutir os pontos positivos e negativos com objetivo de intervir na área pedagógica de acordo com o perfil de cada escola, buscando alinhar as ações de acordo com os níveis socioeconômicos, a participação das famílias no processo de aprendizagem, e no incentivo aos alunos em frequentar as aulas e participar efetivamente dessas provas. Esta discussão é realizada junto com todos os gestores de escolas do município.

Uma das propostas de intervenção que surgiram destas reuniões são os “aulões” Pró SAEB. Os “aulões” acontecem de acordo com o cronograma da escola, objetivando avaliar em qual nível de aprendizagem o aluno se encontra. É definido quais descritores devem ser trabalhados com maior enfoque, utilizando como parâmetro os resultados dos simulados. A partir de então, organiza-se o ambiente, busca-se um dinamismo nas escolhas dos professores, fomenta aulas interativas (músicas, palestras, momento de relaxamento etc.), estabelece-se premiação para os alunos que se destacam. A SEMED conta com a participação de todos os alunos da rede municipal e com a participação de professores de outros municípios a fim de

proporcionar um momento interativo e dinâmico. Nesse sentido, todos os gestores escolares concordam com a premissa de que o principal papel das escolas é o de mobilização e incentivo na participação de toda a comunidade escolar nesses “aulões”.

Outra proposta são as maratonas de aprendizagem dos alunos, que são consideradas como um instrumento lúdico utilizado para mostrar ao aluno uma outra forma de aprender, saindo dos moldes tradicionais da escola. Essas maratonas são definidas como um momento interativo onde as escolas ‘competem’ com as outras, é um momento de troca de experiências entre as escolas que acabam por gerar maior interação entre os alunos. As escolas também realizam maratonas internas com turmas contra turmas com o mesmo objetivo de aprimorar o rendimento dos estudantes, seguindo o diagnóstico acerca dos descritores principais a serem trabalhados. Todas as escolas executam competições internas como forma de preparar os alunos para participar da maratona de aprendizagem municipal.

No tocante aos métodos de ensino específicos de cada escola voltado para alcançar as metas do IDEB, observa-se que todas as escolas seguem o padrão da rede de ensino municipal. Contudo, cinco dos gestores entrevistados apontaram o fator motivacional e o engajamento da comunidade escolar como os principais fatores para alcançar as metas do IDEB.

É válido destacar que uma escola utiliza um plano próprio articulado com orientações da SEMED que envolve as turmas de 5º ano. Outra escola utiliza, como apoio ao ensino, tecnologias voltadas para ações pedagógicas (jogos, softwares, organização de mapas mentais, uso de tablets) tornando as aulas dinâmicas e de maior interesse para os alunos. O gestor de uma terceira escola se reúne com sua equipe pedagógica, especificamente as turmas de 9º ano, produzindo um plano de ação voltado ao IDEB no qual são definidas as estratégias considerando as ações da SEMED e também estratégias próprias da escola. Ademais, organiza gráficos e tabelas com a estimativa de notas de todos os alunos que participam da avaliação e também da projeção da média final da escola.

Nem tudo é consenso, afinal foi feita uma consideração por um gestor de escola que conduz a uma séria reflexão. O gestor informou que enxerga na mudança de público uma dificuldade, haja vista que as turmas avaliadas mudam a cada ano. Essa dificuldade, entretanto, pode ser encarada como decorrente do fato de haver grande investimento e empenho nos anos que participam da Prova Brasil, parecendo haver menos empenho e investimento nos demais anos de estudo. Com isso, o trabalho torna-se de curto prazo e precisa sempre ser renovado.

Por fim, ao serem questionados se as escolas selecionam os alunos para participar da

avaliação, os dez gestores responderam que as escolas não selecionam alunos para a avaliação, todos devem participar, ressaltando para os casos das pessoas com deficiência que possuam laudo. A SEMED afirma que o público participante das avaliações é definido pelo Ministério da Educação composto por alunos de 5º ano e do 9º ano.

4.1.1 Conduta docente

Conforme já foi exposto neste trabalho, a ideia de avaliar a qualidade da educação por intermédio dos resultados do IDEB produz implicações na conduta docente, considerando que toda a responsabilidade por bons ou ruins resultados recai sobre os gestores e docentes, que surgem como os principais agentes para atingir as metas estabelecidas (GARCIA; VOSS, 2014).

Nesse cenário uma questão relevante é levantar como os docentes reagiram à ideia de responsabilizá-los pelo desempenho dos alunos. Foi possível enxergar uma certa divergência entre as opiniões dos gestores. Isso porque cinco dos entrevistados argumentam que não existe responsabilização de forma singular, pois é responsabilidade de toda escola realizar o trabalho com foco no desempenho de todos os alunos. Para estes gestores, essa não é uma questão que recai apenas no âmbito docente. Além disso, estes entrevistados enfatizam, já é hábito entender que o desempenho almejado é importante para o sucesso de todos. Já os outros cinco gestores entrevistados consideram que alguns professores apresentam resistência em aceitar essa responsabilidade, enquanto outros professores se engajam mais por sentir que são os principais responsáveis pelo desempenho dos alunos.

Essa responsabilidade, na visão dos gestores, recai muito mais sobre os professores que são inseridos nas turmas que serão avaliadas. Nesse cenário, os professores demoraram a aceitar essa ideia, mas ao longo do tempo – com os incentivos da SEMED e com os resultados – eles se sentem motivados a alcançar as metas do IDEB. Desse modo, a SEMED explica o que todo o professor deve ser consciente sobre sua responsabilidade ao que tange a aprendizagem dos estudantes, e ressalta que não ocorreu nenhuma reação negativa sobre essa questão. Entretanto, pelas respostas das entrevistas, percebemos que vem sendo obtido maior responsabilização do conjunto da comunidade escolar do que da categoria dos professores em particular.

Também já foi apontado que o IDEB pode criar formas de racionalização do trabalho que enquadram a gestão das escolas de acordo com as premissas das políticas de avaliação nacionais (GARCIA; VOSS, 2014). Desde 2015, a SEMED passou a realizar processos

seletivos para os cargos de diretores e coordenadores escolares. Destaca-se, também, a utilização do leitor facial como uma importante ferramenta para monitorar os atrasos e as liberações antecipadas dos professores, permitindo maior controle da carga horária de trabalho, faltas injustificadas chegaram a zero.

Há, também, investimentos que se direcionam aos docentes e às escolas. Primeiro, o município oferta uma formação continuada aos docentes durante todo o ano em que a avaliação do IDEB será aplicada. Os professores de língua portuguesa e matemática cujos alunos se destacam ganham gratificações sobre o salário, que podem chegar a até 100%, e todos os profissionais da escola que se destacou também recebem alguma gratificação salarial.

Por fim, há um projeto de premiação para as escolas que se destacam por alcançarem as melhores notas. Estas recebem determinado valor financeiro. A SEMED informou que o município, mediante a Lei nº 1.165, de 2021, concedeu premiações as escolas e os professores que obtiveram os melhores resultados no IDEB do ano de 2019.

Art. 1º - Fica autorizado no Município de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas, a realizar o pagamento da premiação instituída pela Lei Estadual nº 8.171, de 8 de outubro de 2019, destinado aos servidores efetivos e contratados por tempo determinado, lotados nas escolas de Ensino Fundamental Regular da Rede Pública Municipal, que alcançaram os melhores resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB do ano de 2019,

§ 1º Os servidores, cujas Unidades de Ensino que, por qualquer motivo, não obtiverem a nota do IDEB serão excluídos da Premiação a qual se refere o caput desta Lei.

§ 2º A Premiação de que trata esta Lei terá como base as notas do IDEB referente a avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica- SAEB, no ano de 2019. (TEOTÔNIO VILELA, 2021).

E foi implementada a Avaliação de Desempenho Individual (ADI), na qual cada profissional elabora seu plano de trabalho e, ao final de cada ano, é atribuída uma nota para esse trabalho. Essa avaliação fomenta a organização do planejamento de cada docente, e outro apontamento positivo é que o planejamento e a avaliação não implicam numa sobrecarga de trabalho, uma vez que é estabelecida uma carga horária específica para planejamento de todas as áreas de ensino. É válido informar que as avaliações de desempenho individual são realizadas com as orientações de uma consultoria. No entanto, a metodologia avaliativa envolve a avaliação do chefe imediato, dos seus pares e uma autoavaliação que contribuem na obtenção de uma média final.

As mudanças operadas desde 2015, de acordo com a SEMED, não implicaram em demissão de professores por “incompetência”. As demissões acontecem tomando como referência a situação financeira do município e o perfil do servidor, de acordo com sua área de alocação.

4.1.2 Nível socioeconômico

Sabe-se que cada instituição de ensino está inserida em uma realidade socioeconômica diferente. Por esse motivo, é fundamental compreender como a escola lida com as diferentes realidades sociais e econômicas dos alunos. As principais diferenças entre essas instituições de ensino se caracterizam pela quantidade de alunos matriculados, a origem territorial dos alunos e o perfil de vulnerabilidade de seus respectivos bairros.

Por exemplo, de acordo com o Censo escolar 2022, algumas escolas de nossa amostra contam com menos de 400 estudantes. É o caso das escolas:

- Padre Joseph Marius Tournier (com 288 matrículas);
- Professora Vera Lúcia (296 matrículas);
- Pastor Nelson Bonaparte (379 matrículas); e
- Maria de Medeiros Tavares (319 matrículas).

Destas, as três primeiras escolas se inserem em comunidades majoritariamente economicamente vulneráveis, o que se reflete no perfil de seus alunos. Já a escola Maria de Medeiros Tavares, está localizada no Distrito Gerais, sendo composta por alunos com perfis de renda variáveis.

Existem, ainda, escolas cujo número de estudantes supera cinco centenas. É o caso das escolas:

- Pastor Geremias De Freitas Amaro (554 matrículas); e
- Aurélio Buarque de Holanda (528 matrículas).

Dentre estas, há dois perfis diferentes. A primeira escola está localizada em bairro que apresenta majoritariamente vulnerabilidade social; já a segunda está localizada no centro da cidade, o que faz com que tenha seus alunos oriundos de famílias com diferentes rendas, apesar de também contar com alunos vulneráveis.

Por fim, há as grandes escolas, com mais de mil estudantes cada. São elas:

- Dom Avelar Brandão Vilela (1055 matrículas);
- José Pacheco Filho (1245 matrículas);
- José Aluizio Vilela (1853 matrículas); e
- Geraldo Gomes de Barros (1951 matrículas).

Dentre estas, destaca-se a escola José Aluizio Vilela, situada no bairro São Miguel, cujos alunos vêm de famílias com diferentes rendas, havendo, é claro, alunos vulneráveis. As

demais escolas estão localizadas no centro da cidade, o que implica que elas abrangem alunos de diferentes bairros e de famílias com diferentes rendas. Das escolas do centro da cidade, cabe destacar a Escola Dom Avelar Brandão Vilela, que tem a maior estrutura física atualmente e cuja maior parte dos alunos, de acordo com o gestor, encontra-se em situação vulnerável.

Os gestores utilizaram essa questão para explorar as características da composição discente, considerando que as escolas atendem alunos de todos os bairros da cidade. Contudo, enfatizam que a maioria dos matriculados encontram-se em situação de vulnerabilidade social. Diante disso, identifica-se a formação familiar com vulnerabilidades dos alunos como um agravante social que interfere no rendimento deles. Eles também apontam a negligência familiar como um véis que deixa muitos problemas para a escola. “Aqueles alunos que mais precisam dos pais na escola são os que os pais não comparecem”, foi a realidade comentada por um gestor.

Frente a esta multiplicidade de contextos, surge com grande importância o estreitamento de laços com as famílias dos alunos. Para fortalecer essa parceria, as escolas disponibilizam um programa de busca ativa pelos alunos faltosos, identificando quais as necessidades das famílias, sobretudo as famílias em situações de vulnerabilidade social. Mesmo com algumas ações implementadas, avalia-se que o maior ponto de fragilidade das instituições é a relação família/escola, a qual precisa ser melhorada. Por esse motivo, as escolas utilizam reuniões periódicas com os pais para orientar as famílias a acompanharem a vida estudantil dos alunos.

Em uma escola é realizado um mapeamento do perfil dos estudantes, e, quando as reuniões com os pais não têm efeito positivo sobre a frequência dos alunos, são feitos encaminhamentos para órgãos competentes (Conselho Tutelar e Secretaria de Assistência Social). Não obstante, quando identificado as dificuldades individuais de aprendizagem do aluno, reúne-se com os pais para alinhar uma melhor alternativa de ensino para melhor desenvolvimento e aprendizagem deste. Participam dessas reuniões os gestores escolares e os docentes, além dos pais.

A SEMED, nesse contexto, tem dificuldade em lidar com as diferentes realidades sociais e econômicas dos alunos. Contudo, já começaram a planejar estratégias para solucionar as problemáticas relacionadas à vulnerabilidade social, objetivando instituir uma política pública que possibilite atender todos os públicos no âmbito educacional.

4.1.3 Recursos

Outro fator importante é o critério de alocação de recursos na educação municipal. Busca-se compreender, aqui, se as escolas passaram a receber recursos que acompanhassem a melhoria no desempenho do IDEB. Ou se estes recursos se mantiveram estáveis ou diminuíram ao longo do período.

Os gestores descreveram os recursos como estáveis, principalmente devido ao fato de os recursos destinados às escolas serem direcionados pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Nesse sentido, os repasses financeiros não são mensurados pelo desempenho do IDEB, mas pelo censo escolar de cada instituição. Como descreve o MEC através do seu portal eletrônico:

O PDDE consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2023).

Contudo, os gestores destacam que os demais recursos são municipais, uma vez que apenas o PDDE não atende as demandas da escola e é necessário a participação municipal para suprir as necessidades. A SEMED explica que os recursos destinados à educação municipal são provenientes majoritariamente do FUNDEB. Neste caso, a secretaria salienta, o FUNDEB não considera a nota do IDEB como parâmetro para alocar os recursos, que também são distribuídos de acordo com dados do censo escolar. Portanto, os recursos não tendem a aumentar nem a diminuir de acordo com os resultados do IDEB. O mesmo ocorre em relação aos recursos municipais.

A exceção, no caso municipal, é o pagamento de gratificações em relação ao desempenho das instituições no IDEB, que é assegurado pelo art. 3º da Lei nº 1165/2021, que determina que:

Premiação está destinada aos servidores das Unidades de Ensino que apresentaram melhores resultados, a partir da avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica SAEB, ocorrida no ano de 2019, conforme os seguintes critérios:
I. Servidores das unidades de ensino que alcançaram maior nota no IDEB em 2019:
a - 100% do salário-base, para os Diretores Escolares, Coordenadores Pedagógicos, articuladores, Professores do 9º ano de Língua Portuguesa e Matemática do Ensino Fundamental 11 e professores 5º ano do ensino fundamental I;
b - 25% do salário-base, para os demais professores;
c - 20% do salário-base, para os profissionais do apoio (TEOTÔNIO VILELA, 2021).

Avaliando os recursos das escolas, nove dos gestores consideraram os recursos insuficientes, mas de fácil prestação de contas. Visto que a depender da demanda as ações devem ser replanejadas, considerando os problemas e as necessidades das instituições. O outro gestor escolar entrevistado considera que os recursos são suficientes para a manutenção das atividades das escolas. Os recursos federais são limitados, impondo assim maior participação do município que através de recursos próprios subsidia as necessidades das escolas.

4.1.4 Gestão

No tocante à gestão municipal de educação, é relevante identificar como a equipe gestora responsável pela articulação do IDEB se relaciona com as escolas. Todos demonstraram satisfação, haja vista que essa relação se dá de forma democrática e embasada no diálogo com as outras instituições. Nessa conjuntura, a articulação é feita com todos e não objetiva apenas o resultado do IDEB, mas sim um resultado institucional mais amplo. A proposta é que a instituição melhore, a cada ano, o ensino e a aprendizagem. A SEMED realiza um trabalho com as equipes gestoras formadas por diretor escolar, diretor adjunto e coordenador pedagógico. Esse trabalho é replicado dentro das escolas com os docentes através de motivação e formações continuadas, possibilitando gerar mais eficiência no trabalho prestado e refletindo nos resultados dos alunos.

Os dez entrevistados concordam que as equipes docentes mantem bom relacionamento frente a estas articulações. É entendido que os gestores compartilham os planos de ações e demonstram a necessidade de se contar com a participação da equipe de gestão municipal. Os gestores escolares socializam as propostas para que todos consigam implantar essas ações de forma intersetorial. Nesse cenário, os entrevistados afirmam que existe trabalho e cooperação entre as direções e equipes docentes. A SEMED orienta que, dentro da escola, a equipe gestora deve atuar de modo integrado, visualizando as dificuldades dos professores e alunos, objetivando o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem.

Avaliando os impactos de sucessivos planejamentos na área educacional, todos consideram que são impactos positivos, pois possibilitam diagnosticar os erros cometidos. No entanto, é apontado que existe dificuldade na elaboração do Plano Anual de Ações nas Escolas, uma vez que a SEMED anualmente altera o modelo a ser seguido. Isso afeta o período de execução desse plano, levando a sua conclusão em um tempo mais curto. Mesmo assim, os entrevistados concordam que todo o trabalho precisa ser planejado, independente

das avaliações internas e externas.

A SEMED justifica que, anualmente, é elaborado o planejamento estratégico da educação municipal considerando as demandas das escolas e é apresentado para todas as instituições uma orientação quanto à elaboração de um planejamento interno considerando variáveis que interferem no fluxo escolar, como o percentual de evasão, aprovação e os níveis de aprendizagem dos alunos, expondo as metas que as escolas devem alcançar. Desse modo, os impactos são positivos, haja vista que nenhum trabalho executado pela SEMED ocorre sem planejamento.

Ao refletir sobre o impacto de um planejamento sobre a participação social, os entrevistados avaliaram como positivo. Os gestores escolares afirmam que é fundamental planejar com a participação social, pois esse processo ajuda a fortalecer o vínculo da escola com as famílias, resultando em melhor aprendizagem dos alunos. Esse tipo de planejamento é visualizado como o principal a ser executado pelas escolas. No entanto, concretizar essa participação social é considerada uma missão difícil. Apesar do reconhecimento desta dificuldade, nenhuma escola afirmou não conseguir concretizar essa participação.

Na SEMED o planejamento ocorre com a participação de todos os técnicos, ficando a escola com a missão de realizar uma escuta ativa com as famílias dos alunos com a finalidade de através das opiniões conseguir produzir um planejamento assertivo de encontro com as demandas escolares.

Quando questionados sobre a situação de suas escolas em relação aos resultados municipais do IDEB (se ficaram acima/abaixo da média municipal), oito dos dez entrevistados alcançaram notas acima da média municipal em 2021. Os gestores caracterizaram esses resultados como a junção do alinhamento de trabalho da rede municipal de educação com todas as escolas municipais, o qual permite que todos tenham conhecimento sobre as estratégias aplicadas ao IDEB. Deste modo, o trabalho sistêmico que ocorre a avaliação do IDEB, possibilita analisar as ações realizadas, corrigir os erros e planejar novas condutas mediante os resultados. Para além disso, o engajamento de todos os componentes foi mencionado como fator determinante para os resultados serem satisfatórios.

Uma escola que, no 9º ano, obteve nota inferior à média municipal, em 2021, indicou que a dificuldade em manter o resultado acima da média se caracteriza pela formulação da oferta das disciplinas, onde os alunos têm uma quantidade superior de professores em comparação às equipes de 5º ano, os alunos dos anos finais contam com 9 professores de diferentes disciplinas, enquanto os dos anos iniciais contam apenas com um professor (a) por turma. Assim, os alunos dos anos finais dividem seus estudos entre nove disciplinas diferentes

com carga horarias especificas limitando que eles possam se empenhar apenas nas atividades referentes ao IDEB. Outras dificuldades se configuram no engajamento dos alunos foram as aulas no período de pandemia da COVID-19 e, também, a baixa participação efetiva das famílias no processo.

Questionados sobre as ações da Secretaria com relação as escolas que apresentarem desempenho acima/abaixo da média municipal, os gestores concordam que a SEMED trata todas as escolas de forma igualitária. Contudo, os gestores de duas escolas com resultado do IDEB abaixo da média, em 2021, salientam que existe um sistema de recompensas para escola que se destaca nas avaliações internas e externas. Apesar das escolas não alcançarem as metas projetadas, essas recompensas são vistas como positivas, uma vez que possuem finalidade motivadora para as próximas avaliações.

Ao comparar os resultados do IDEB com a realidade de cada escola, todos concordaram que as notas condizem com as realidades das escolas. Para o gestor de uma escola com nota inferior ao resultado do IDEB, em 2021, o resultado foi menor do que a potencialidade da escola, pois ele identifica uma discrepância na comparação das escolas. Entre as outras variáveis, influenciam os resultados da escola a quantidade de alunos por escola. Nesse sentido, entende-se que as escolas com maior quantidade de alunos tendem a ter mais trabalho para obter melhores resultados no IDEB, o esforço dos professores, as condições físicas das escolas, além do perfil escolar específico de cada uma, também influenciam no resultado final. O gestor destaca que a sua escola é composta por alunos que, em sua maioria, estão inseridos em um contexto de vulnerabilidade social e com famílias com graves problemas. Os demais entrevistados concordam que é importante alinhar as seguintes variáveis: frequência dos alunos, rendimento, habilidades e competência para aumentar os resultados nesse índice.

Para a SEMED, os resultados alcançados condizem com a realidade da educação municipal, uma vez que o indicador reflete todo o trabalho desenvolvido pela rede e todos os investimentos que o município direciona para a reestruturação das escolas e a valorização dos profissionais da educação. Nesse cenário, a discussão sobre outras variáveis intervenientes no desempenho é frequente. Segundo a SEMED, os níveis socioeconômicos, déficits de aprendizagem dos alunos e a participação das famílias no processo de aprendizagem são elementos que dificultam um bom resultado. Além disso, a secretaria considera que, quando se alcança uma nota muito alta no indicador, a dificuldade cresce para manter ou aumentar esse resultado.

A secretaria consegue, através disso, elaborar um planejamento considerando os

resultados anteriores e apresentando novas metas, objetivando alinhar as demandas dentro do planejamento individual de cada instituição.

Considerando todo este debate, os gestores foram estimulados a elencar quais são os principais desafios para alcançar as metas do IDEB. Frente a esta pergunta, cinco gestores relataram que os principais desafios se relacionam com a mobilização dos alunos e dos docentes e com questões socioemocionais surgidas no período pós pandemia, visto que a pandemia afetou todo o sistema de ensino municipal. Nesse sentido, o gestor de uma escola com nota acima da média municipal argumenta que o período pós pandemia dificultou a mobilização dos estudantes em prol dos estudos. Por isso, foi fundamental inserir psicólogos nas escolas. O mesmo gestor destaca a criação do programa ‘Vem ser Mais’, da SEMED, com a inserção de projetos culturais e educativos.

Outros quatro entrevistados apontaram que a relação família/escola ainda é um entrave na construção dos resultados. E um entrevistado explicou que o desafio principal é melhorar o clima escolar, tornando-o mais harmônico. Quanto mais o aluno se sentir parte do processo, maior será o empenho e a satisfação na realização da prova e, conseqüentemente, melhores serão os resultados.

Fazendo um balanço das alterações que ocorreram após o marcante resultado do município no IDEB do ano de 2013, os entrevistados afirmam que as principais mudanças configuraram a metodologia do plano atual que tem o foco nos resultados, na organização da cultura e do clima escolar. Isso significa que se passou a utilizar estratégias que incentivam os alunos, docentes e famílias a participarem efetivamente em todos os processos da avaliação do IDEB. Outro instrumento utilizado pela SEMED desde então é a oferta de formações continuadas aos professores e a estruturação das escolas mediante reformas e ampliações dos seus espaços, contribuindo para a melhoria dos resultados.

Os entrevistados apontam positivamente para a reformulação da equipe da SEMED. Em consonância com essas mudanças, em 2015 houve a reestruturação de toda a rede, com a contratação de assessorias e, posteriormente, com a implementação da avaliação individual por desempenho. Os processos seletivos das equipes gestoras também contribuíram para a melhoria dos indicadores, bem como a introdução do LAP e do LAIC. A partir de então os resultados estão crescendo significativamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a operacionalização do IDEB como principal indicador para mensurar a qualidade da educação municipal em Teotônio Vilela – AL foi o ponto de partida desse estudo. Conforme exposto, esse indicador tem como finalidade relacionar as taxas de aprovação escolar com o desempenho e o rendimento nas avaliações SAEB, apresentando os melhores resultados naquelas instituições que detém maiores taxas de aprovação e proficiência. Dessa maneira, O IDEB possibilita equilibrar as combinações de aprendizagem e fluxo dos alunos, uma vez que através dos seus resultados pode-se verificar se existe necessidade de melhorar o sistema educacional, possibilitando uma análise global desses resultados que competem à União, aos estados e aos municípios.

Através das discussões e as análises dos resultados da pesquisa identifica-se a influência dos resultados dos IDEB na formulação das políticas educacionais do município. Entre 2007 e 2011 os resultados se apresentavam satisfatórios com o município superando as metas nos anos iniciais e finais. Considera-se, então, o resultado ruim de 2013 como o ponto principal para que fossem implementadas intervenções visando a melhoria da oferta do ensino, bem como a obtenção das metas do IDEB nas avaliações seguintes.

Essas intervenções iniciaram com as mudanças no PME sancionado em 2015, foi elaborado o projeto ‘Por um IDEB Melhor Somos Todos um Só’ como principal instrumento pedagógico para alavancar os resultados. Dentro desse projeto são aplicados simulados periódicos que permitem diagnosticar os níveis de aprendizagem desses alunos. A criação do LAP e do LAIC facilitou a distribuição dos alunos mediante os níveis de aprendizagem – os que demonstram mais dificuldades na aprendizagem são alocados no LAP, enquanto os considerados ‘melhores’ são incluídos no LAIC para aprimorar suas habilidades. Além de promover os ‘aulões Pró Saeb’ e as maratonas de aprendizagem, tornando a preparação para as avaliações externas mais dinâmicas. Além disso, há um sistema de recompensas. As formações continuadas para gestores e professores e o planejamento estratégico anual da SEMED e das escolas são ações positivas que refletem o empenho da gestão para melhorar o ensino público municipal e seus resultados nas avaliações externas.

Em síntese, as intervenções alocadas pela gestão municipal de educação em Teotônio Vilela demonstram a preocupação em desenvolver a qualidade do ensino público municipal, sobretudo, utilizando o IDEB como parâmetro. Nota-se que os principais investimentos foram destinados a formar uma equipe gestora multidisciplinar que demonstrasse competência nas ações promovidas. Houve, também, o incentivo no desempenho pedagógico. Na elaboração

do plano escolar voltado a aumentar os resultados e melhorar a qualidade da educação referente as metas do IDEB, percebe-se que a responsabilização pelo desenvolvimento da aprendizagem dos alunos volta-se aos docentes, tornando-os os principais agentes na aprendizagem e no desempenho dos discentes nas avaliações. Portanto, considera-se que, o método de atuação na educação municipal de Teotônio Vilela é a gestão por resultados.

Dada essas mudanças e com as entrevistas com gestores escolares e técnicos da SEMED, foi possível identificar que os resultados, de acordo com os entrevistados, condizem com a realidade da educação do município. Verifica-se, também, que a responsabilização desses resultados é distribuída para toda comunidade escolar e que a atuação docente e os níveis socioeconômicos dos alunos são fatores influentes perante o IDEB, de modo que a rede municipal de ensino se replaneja periodicamente considerando as demandas das escolas e buscando alinhar suas necessidades. Em 2021 os resultados do município foram considerados os melhores do estado de Alagoas, obtendo 8.9 nos anos iniciais e 7.1 nos anos finais, demonstrando, assim, a efetividade das estratégias implementadas pela SEMED.

Entretanto, críticas a esse indicador devem ser consideradas a fim de ampliar sua interpretação. Enxerga-se como dificuldade tomar o IDEB como representação única da qualidade da educação e da eficácia do sistema de ensino, visto que a proficiência final média não é resultado apenas do que foi desenvolvido no processo de escolarização, pois muitos fatores externos exercem influência sobre tais resultados. Em consonância, faz-se necessário avaliar os resultados considerando todos os fatores influentes e não apenas os resultados numéricos das avaliações. Para a realidade do município de Teotônio Vilela, nota-se que um dos principais desafios enfrentados pelos gestores é a relação família/escola. Deve-se, então, definir estratégias para estreitar o relacionamento das instituições com as famílias. Por conseguinte, a pesquisa foi produzida como um estímulo para analisar a realidade das políticas públicas educacionais locais e comparar os resultados dos indicadores com a realidade do ensino ofertado.

Portanto, a construção desse estudo fomenta a discussão sobre a elaboração e a implementação das políticas educacionais em âmbito municipal tomando o IDEB como o principal indicador da qualidade de ensino, tornando relevante para o meio acadêmico, uma vez que para além de resultados estatísticos, as políticas educacionais devem demonstrar eficiência e efetividade perante a sociedade, de modo que, os dados estatísticos consigam refletir de fato o ensino ofertado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Iracilda da Silva; SANTOS, Maria Ericleide dos. Política de Monitoramento Sistemático da Prática Pedagógica na Rede Municipal de Ensino de Teotônio Vilela – AL. **Revista Eletrônica InterAÇÃO**, Teotônio Vilela – AL, ano 2020, v. 1, n. 1, p. 35-49, 10 jul. 2020. Disponível em: <https://sites.google.com/view/revista-interacao-teotonio/pagina-inicial>. Acesso em: 29 mar. 2023.
- ALMEIDA, Luana Costa; DALBEN, Adilson; FREITAS, Luiz Carlos de. O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 125, p. 1153-1174, 2013.
- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; FERRÃO, Maria Eugénia. Uma década da Prova Brasil: evolução do desempenho e da aprovação. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 30, n. 75, p. 688-720, 2019.
- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educação e pesquisa**, v. 39, n. 1, p. 177-194, 2013.
- ATIVIDADE Legislativa: Brasil. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://url.gratis/jGJmg>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- AUDIÊNCIA Pública apresenta relatório da saúde em Teotônio Vilela: compromisso e transparência. **Prefeitura Municipal de Teotônio Vilela**, 30 mar. 2022. Disponível em: <https://teotoniovilela.al.gov.br/noticias/audi%C3%Aancia-p%C3%BAblica-apresenta-relat%C3%B3rio-da-sa%C3%BAde-em-teot%C3%B4nio-vilela>. Acesso em: 6 abr. 2022.
- BASSI, Marcos Edgar; DE CARMARGO, Rubens Barbosa. Estilos de gestão de educação municipal: implicações para a gestão democrática e o controle social. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, v. 26, n. 2, 2010.
- BRASIL. **Decreto nº 6.094, 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso todos pela Educação. [S. l.], 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094. Acesso em: 23 abr. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação. [S. l.], 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm#anexo. Acesso em: 22 abr. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 9394, de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. [S. l.], 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 abri. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação (org.). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Objetivos das Avaliações**. [S. l.], 2021. Disponível em <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Gest%C3%A3o/IDEB/portal.inep.gov.br/web/saeb-e-prova-brasil/objetivos-das-avaliacoes-gestor.html>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (org.). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Ideb - Resultados e Metas**. [S. l.], 20 abr. 2021. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (org.). Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Nota Técnica Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono Censo Escolar**. [S. l.], 2007. Disponível em: [https://file:///E:/TCC%20\(AVALIA%C3%87%C3%83O%20DO%20IDEB\)/CAPITULO%201/NT_003_2009.pdf](https://file:///E:/TCC%20(AVALIA%C3%87%C3%83O%20DO%20IDEB)/CAPITULO%201/NT_003_2009.pdf). Acesso em: 27 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (org.). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Nota Técnica Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. [S. l.], 20 abr. 2021. Disponível em: [https://file:///E:/TCC%20\(AVALIA%C3%87%C3%83O%20DO%20IDEB\)/CAPITULO%201/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf](https://file:///E:/TCC%20(AVALIA%C3%87%C3%83O%20DO%20IDEB)/CAPITULO%201/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf). Acesso em: 27 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (org.). Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Nota Informativa do IDEB 2019**. [S. l.], 2019. Disponível em: [https://file:///E:/TCC%20\(AVALIA%C3%87%C3%83O%20DO%20IDEB\)/CAPITULO%201/nota_informativa_ideb2017_atualizado_Jun_2019.pdf](https://file:///E:/TCC%20(AVALIA%C3%87%C3%83O%20DO%20IDEB)/CAPITULO%201/nota_informativa_ideb2017_atualizado_Jun_2019.pdf). Acesso em: 27 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (org.). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Ideb Resultados e Metas**. [S. l.], 2019. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (org.). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Ideb Resultados e Metas**. [S. l.], 2020. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=1152137/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (org.). **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação (org.). **Programa Dinheiro Direto na Escola**. [S. l.], 2022. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php/?option=com_content&view=article&id=12320. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 366, 29 de abril de 2019**. Estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). [S. l.], 2019. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n%C2%BA-366-de-29-de-abril-de-2019-*--86343028. Acesso em: 25 abr. 2021.

CATELAN, Davi Winter *et. al.* Custos, desempenho e estrutura educacional do ensino fundamental: uma análise no município de Rolândia/PR. Enfoque: **Reflexão Contábil**, v. 35, n. 1, p. 113-128, 2016.

CHIRINÉA, Andréia Melanda; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: Avaliação**

e Políticas Públicas em Educação, v. 23, n. 87, p. 461-484, 2015.

COSME, José Erasmo da Silva. A opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio Vilela sobre o desempenho recente do IDEB. [Entrevista concedida a] Vitória Souza da Silva. A opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio Vilela sobre o desempenho recente do IDEB, 2022.

CUNHA, Maria Couto; COSTA, Jean Mário Araújo; DE ARAÚJO, Rosemeire Baraúna Meira. **O Plano de Ações Articuladas:** percepções e expectativas na gestão da educação municipal. Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, 2012.

EDUCAÇÃO: Teotônio Vilela conquista 1º lugar de melhor Ideb em Alagoas. [S. l.], 2022. Prefeitura Municipal de Teotônio Vilela, 2022. Disponível em: <https://teotoniovilela.al.gov.br/noticias/educa%C3%A7%C3%A3o-teot%C3%B4nio-vilela-conquista-1%C2%BA-lugar-de-melhor-ideb-em-alagoas>. Acesso em: 05 de abr. de 2023.

FALCÃO, Rita de Cassia de *et al.* Implantação e evolução da gestão por competências na rede pública municipal de ensino de Teotônio Vilela – AL. **Revista Eletrônica InterAÇÃO.** Teotônio Vilela – AL, v. 01, n. 01, p. 09-21. 2020. Disponível em: <https://sites.google.com/view/revista-interacao-teotonio/pagina-inicial>. Acesso em: 25 de nov. de 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (org.). **Teotônio Vilela:** panorama municipal. [S. l.] 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/teotonio-vilela/pesquisa/10058/60027>. Acesso em: 20 ago. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (org.). **Teotônio Vilela:** amostra de educação. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/teotonio-vilela/pesquisa/23/22469?detalhes=true>. Acesso em: 22 ago. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (org.). **Teotônio Vilela:** mapa de pobreza e desigualdade. [S. l.], 2003. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/teotonio-vilela/pesquisa/36/30246>. Acesso em: 23 ago. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (org.). **Teotônio Vilela:** Produto Interno Bruto dos Municípios. [S. l.] 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/teotonio-vilela/pesquisa/38/46996>. Acesso em: 23 ago. 2021.

IDEB. **QEdu**, 2022. Disponível em: Teotônio Vilela: Ideb | QEdu. Acesso em: 20 jan. 2023.

MARINHO, Elisangela Clemente Ferreira. A opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio Vilela sobre o desempenho recente do IDEB. [Entrevista concedida a] Vitória Souza da Silva. A opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio Vilela sobre o desempenho recente do IDEB, 2022.

MATRICULAS na Educação Básica em Teotônio Vilela. **Estados e Cidades.** [S. l.], 2022. Disponível em: https://www.estadoscidades.com.br/al/teotonio-vilela-al_escolas.html.

Acesso em: 30 abr. 2022.

PAIXÃO, Esmeralda Brito da Silva. A opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio Vilela sobre o desempenho recente do IDEB. [Entrevista concedida a] Vitória Souza da Silva. A opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio Vilela sobre o desempenho recente do IDEB, 2022.

PARENTE, J. M.; PARENTE, C. M. D. (Org). **Política, Gestão e Financiamento da Educação**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012. 218p.

RABELO, Marcia; PLAZA, Eliane. Avaliação na educação básica: um estudo teórico sobre a Prova Brasil (CO). In: CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 13., 2011, Recife. **Anais [...]**. Recife: CIAEM, 2011.

SANTOS, Cremi Leite dos. A opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio Vilela sobre o desempenho recente do IDEB. [Entrevista concedida a] Vitória Souza da Silva. A opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio Vilela sobre o desempenho recente do IDEB, 2022.

SANTOS, Danielle Simone Oliveira dos *et al.* Por Um IDEB Melhor Somos Todos Um Só: elevando a aprendizagem e superando desafios. **Revista Eletrônica InterAção**, Teotônio Vilela – AL, v. 01, n. 01, p. 50-63. 2020. Disponível em: <https://sites.google.com/view/revista-interacao-teotonio/pagina-inicial>. Acesso em: 25 nov. 2021.

SANTOS, Eliene de Oliveira. A opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio Vilela sobre o desempenho recente do IDEB. [Entrevista concedida a] Vitória Souza da Silva. A opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio Vilela sobre o desempenho recente do IDEB, 2022.

SANTOS, Frank Renaldo Santos. A opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio Vilela sobre o desempenho recente do IDEB. [Entrevista concedida a] Vitória Souza da Silva. A opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio Vilela sobre o desempenho recente do IDEB, 2022.

SANTOS, José Eden Cleiton Silva. A opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio Vilela sobre o desempenho recente do IDEB. [Entrevista concedida a] Vitória Souza da Silva. A opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio Vilela sobre o desempenho recente do IDEB, 2022.

SANTOS, Luciano Carlos dos. A opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio Vilela sobre o desempenho recente do IDEB. [Entrevista concedida a] Vitória Souza da Silva. A opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio Vilela sobre o desempenho recente do IDEB, 2022.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. O IDEB e a construção de um modelo de accountability na educação básica brasileira. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 27, n. 1, p. 07-28, 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TEOTÔNIO VILELA – SEMED.
Referencial Curricular da Rede Municipal de Ensino de Teotônio Vilela Alagoas-RCM:
 Ensino Fundamental. 2. ed. ed. rev. Prefeitura Municipal de Teotônio Vilela: [s. n.], 2020.
 202 p.

SEMEC - Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Plano Anual.** Teotônio Vilela: [S. n.]:
 2019. Disponível em
https://convivaeducacao.org.br/uploads/recognition_attachment/attachment/308/PLANEJAMENTO_ESTRAT%C3%89GICO_2019.doc. Acesso em: 19 nov. 2021

SEMED – Secretaria Municipal de Educação. **Diretoria de Gestão Estratégica de Pessoas:**
 coordenação de dados educacionais. Teotônio Vilela: EDUCACENSO/INEP, 2022.

SEMED – Secretaria Municipal de Educação. **Planejamento Estratégico 2021.** Teotônio
 Vilela: [s. n.], 2022. Disponível em:
<https://teotoniovillela.al.gov.br/sites/teotoniovillela.al.gov.br/files/PLANEJAMENTO%20ESTRAT%C3%89GICO%20SEMED%202021%201.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2022.

SEMIS, Laís. Ciclo de Alfabetização fica de fora do SAEB. **Nova Escola.** [2019]. Disponível
 em: [https://novaescola.org.br/conteudo/16421/ciclo-de-alfabetizacao-fica-de-fora-do-saeb-](https://novaescola.org.br/conteudo/16421/ciclo-de-alfabetizacao-fica-de-fora-do-saeb-2019)
 2019. Acesso em: 28 abr. 2021.

SILVA, Ednalva Soares da. A opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio Vilela
 sobre o desempenho recente do IDEB. [Entrevista concedida a] Vitória Souza da Silva. A
 opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio Vilela sobre o desempenho recente do
 IDEB, 2022.

SILVA, Givanildo da; SILVA, Alex Vieira da; SANTOS, Inalda Maria dos. O IDEB e as
 políticas públicas educacionais: estratégias, efeitos e consequências. **Revista Exitus,**
 Santarém/PA, v. 9, n. 1, p. 258-285, 2019.

SILVA, Rosa Maria dos Santos. A opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio
 Vilela sobre o desempenho recente do IDEB. [Entrevista concedida a] Vitória Souza da Silva.
 A opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio Vilela sobre o desempenho recente
 do IDEB, 2022.

SILVA, Simone Vicente da. A opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio Vilela
 sobre o desempenho recente do IDEB. [Entrevista concedida a] Vitória Souza da Silva. A
 opinião dos gestores e técnicos da SEMED de Teotônio Vilela sobre o desempenho recente do
 IDEB, 2022.

SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. Pressupostos educacionais e estatísticos
 do Ideb. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 124, p. 903-923, 2013.

SOARES, Lucas de Vasconcelos; SOUSA, Maria Lília Imbiriba. Avaliação educacional ou
 política de resultados. **Educação & Formação**, v. 5, n. 3, p. 2951-2951, 2020.

SOUSA, Sandra Zakia; PIMENTA, Cláudia Oliveira; MACHADO, Cristiane. Avaliação e
 gestão municipal da educação. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 23, p. 14-36, 2012.

SOUSA, Uelitania Dantas de *et al.* Gastos públicos com educação e meta do IDEB no ensino fundamental: uma análise dos municípios do sertão de Pernambuco. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 5, p. 2578-2599, 2018.

SOUZA, Allan Solano; CABRAL, Antônio Neto. Nova gestão pública e educação: uma análise do planejamento estratégico como instrumento de responsabilização. **Retratos da escola**, v. 11, n. 21, p. 621-640, 2017.

TEOTÔNIO VILELA 27 Anos de Emancipação Política. [S.l.: n.s.], 2013. 1 vídeo (18mim). Publicado pelo canal Carlos e Família. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bDf8IFpOSro&t=171s>. Acesso em: 02 abr. 2022.

TEOTÔNIO VILELA. Consulta de Legislação. [S. l.]. Disponível em: <https://www.teotoniovilela.al.leg.br/sistema/uploads/anexos/1a8be188fc93887c05f9413f6bb813bf.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2022.

TEOTÔNIO VILELA. Consulta de Legislação. [S. l.]. Disponível em: <https://www.teotoniovilela.al.leg.br/sistema/uploads/anexos/59ddb36693c7b24ba66f025be1f95719.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2022.

TEOTÔNIO VILELA. Consulta de Legislação. [S. l.]. Disponível em: 11nq.com/Mi8qY. Acesso em: 12 fev. 2023.

TEOTÔNIO VILELA. Ideb. QEdu. 2022. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/2709152-teotonio-vilela/ideb>. Acesso em: 20 jan. 2023.

TEOTÔNIO VILELA. **Lei nº 1.047/2019**. Dispões sobre a reestruturação do plano de cargos, carreiras, remuneração e das providências correlatas da rede municipal de ensino de Teotônio Vilela. Teotônio Vilela, 2019.

TEOTÔNIO VILELA. **Lei nº 928/2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação (PME) e dá outras providências. Teotônio Vilela, 2015.

TOSTA, Késia Silva; NEY, Marlon Gomes. **Avaliação da educação**: o caso do IDEB. 2016.

VILLANI, Marialuisa; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Avaliação Nacional e Internacional no Brasil: os vínculos entre o PISA e o IDEB. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 4, p. 1343-1362, 2018.

VOSS, Dulce Mari Silva; GARCIA, Maria Manuela Alves. O discurso da qualidade da educação e o governo da conduta docente. **Educação & Realidade**, v. 39, n. 2, p. 391-412, 2014.